

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

*O PROCESSO DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO  
DE CIÊNCIAS POR PROFESSORES DE 1<sup>A</sup> A 4<sup>A</sup> SÉRIES*

LUIZ CALDEIRA BRANT DE TOLENTINO NETO

ORIENTAÇÃO: PROF. DR. NELIO MARCO VINCENZO BIZZO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA À  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE  
DE SÃO PAULO COMO PARTE DOS REQUISITOS  
NECESSÁRIOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE  
MESTRE EM EDUCAÇÃO.

SÃO PAULO: 2003

Tolentino-Neto, Luiz Caldeira Brant de

O Processo de Escolha do Livro Didático de Ciências por Professores de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries / Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto, 2003.

vi, 103p.

Orientador: Nelio Marco Vincenzo Bizzo

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação

1. Livro Didático 2. Ensino de Ciências 3. Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 4. Critérios de escolha 5. Critérios de avaliação 6. Mercado Editorial

## RESUMO

O Governo Federal, com o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) propõe avaliar e distribuir livros didáticos para todas as escolas públicas de Ensino Fundamental brasileiras. Os critérios para esta avaliação, bem como sua logística, são refinados a cada edição do Programa. No entanto, o impacto e as reações causadas pelo PNLD a quem ele realmente se destina, são pouco estudados. O PNLD chega até as escolas sob a forma do *Guia de Livros Didáticos*, material que pretende ser fundamental à decisão dos títulos a serem requisitados ao MEC. O estudo do processo de escolha dos livros didáticos por professores de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries é o objetivo deste trabalho. Buscamos conhecer os critérios utilizados pelos docentes na opção pela obra a ser adotada, as interferências internas e externas ao andamento do processo, as opiniões e sugestões ao PNLD. O trabalho visa contribuir com o PNLD na medida em que expõe o processo sob o olhar do professor. Procura subsidiar novas pesquisas, e produções editoriais. E visa, sobretudo, ao expressar as dificuldades, necessidades e desejos dos professores, colaborar com as mudanças necessárias para a melhoria da qualidade do ensino brasileiro. O trabalho desta pesquisa realizou-se de maneira paralela a uma pesquisa oficial do Ministério da Educação, cujo autor dessa dissertação auxiliou na coordenação, e procurou - com visitas a escolas e entrevistas com professores - estudar o processo de escolha dos livros *in loco*. Obtivemos como resultados, expressivos relatos de professores sobre este processo, mostrando a diversidade de critérios e condições para as escolhas. Constatou-se o pouco uso do *Guia*, o desconhecimento de importantes etapas do Programa. Conhecemos as deficiências estruturais do PNLD, as pressões exercidas pelas editoras e pelo poder público. Pretendemos, com o relato de sugestões e análise dos dados coletados, fornecer subsídios para o aprofundamento de estudos relacionados ao Programa Nacional do Livro Didático, contribuindo para sua eficiência.

## 1 - INTRODUÇÃO

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) propõe avaliar e distribuir livros didáticos para todas as escolas públicas de Ensino Fundamental brasileiras. Os critérios para esta avaliação, bem como as estratégias de distribuição, vêm sendo refinados a cada edição do Programa. No entanto, o impacto e as reações causadas pelo PNLD a quem ele realmente se destina, são pouco estudados. O PNLD chega até as escolas sob a forma do *Guia de Livros Didáticos*, material que pretende ser fundamental à decisão dos títulos a serem requisitados ao Ministério.

O estudo do processo de escolha dos livros didáticos por professores de 1ª a 4ª séries em diversas cidades do Brasil é o objetivo deste trabalho. Buscamos conhecer os critérios utilizados pelos docentes na opção pela obra a ser adotada, as interferências internas e externas ao andamento do processo, as opiniões e sugestões ao Programa. O trabalho visa contribuir com o PNLD na medida em que expõe o processo sob o olhar do professor. Procura também subsidiar novas pesquisas, e novas produções editoriais. E visa, sobretudo, ao expressar as dificuldades, necessidades e desejos dos professores, colaborar com as mudanças necessárias para a melhoria da qualidade do ensino brasileiro.

O trabalho desta pesquisa realizou-se de maneira paralela a uma pesquisa oficial do Ministério da Educação, cujo autor dessa dissertação auxiliou na coordenação, e procurou - com visitas a escolas e entrevistas com professores - estudar o processo de escolha dos livros didáticos *in loco*.

## 2 - A POLÍTICA PÚBLICA DOS LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL

### HISTÓRICO

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) existe, com este nome e como parte da política pública para educação, desde 1985. Tem como objetivos principais a aquisição e distribuição, universal e gratuita, de livros didáticos para todos os alunos das escolas públicas do Ensino Fundamental brasileiro (MEC, 2002b e 2000a) <sup>1</sup>.

O Governo Federal estabelece políticas públicas voltadas ao livro didático desde 1938, quando o Decreto-Lei no. 1.006/38 estabelece condições para a produção, importação e utilização deste tipo de publicação. Em 1966, ficou assegurada a distribuição gratuita de 51 milhões de livros texto naquele ano. Até o ano de 1983 a preocupação com a qualidade dos livros didáticos que chegavam às salas de aulas brasileiras era discreta. O que existiu, sim, foi um grande interesse em administrar tal onerosa distribuição. A responsabilidade pela compra e distribuição dos livros se iniciou com a COLTED (Comissão do Livro Técnico e Livro Didático) em 1966; passou ao INL (Instituto Nacional do Livro), que criou o PLIDEF (Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental) em 1971; chegou ao FENAME (Fundação Nacional do Material Escolar) que, com recursos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), gerencia o programa em 1976; passou pela FAE (Fundação de Assistência ao Estudante), que incorporara o PLIDEF em 1983, até se transformar no atual modelo, o PNLD em 1985 fruto do Decreto no. 9.1542 de 19/08/85.

Em 1983 a qualidade dos livros didáticos distribuídos pelo Ministério é salientada. Os livros adquiridos neste ano foram examinados por um grupo contratado pelo MEC o

---

<sup>1</sup> O FNDE publicou no Diário Oficial da União a Resolução N° 51, de 2 de outubro de 2002 que trata da constituição de comissão para definir o atendimento do PNLD aos estudantes brasileiros residentes no exterior.

que teve como resultado a proposta de que os professores participassem da escolha dos livros que utilizariam em sala, bem como a ampliação do programa às demais séries do Ensino Fundamental (MEC, 2000a).<sup>2</sup>

Somente em 1985 as sugestões nascidas dois anos antes foram, em parte, aceitas e oficializadas no já referido Decreto. As mudanças mais expressivas diziam respeito a quem realiza a escolha dos títulos a serem adotados, à qualidade física dos livros (o livro em si, a qualidade de impressão, de papel etc.) e a quem o Programa beneficia.

Ficava decretado:

- Indicação do livro didático é responsabilidade dos professores;
- Reutilização do livro, abolindo o livro descartável e aperfeiçoando as especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos e,
- Extensão da oferta aos alunos de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> séries das escolas públicas e comunitárias.

Durante o Governo Itamar Franco (1992-1994), a Resolução 06/93 fixou em 270 milhões de UFIR (R\$ 152 milhões em julho de 1993 e R\$ 287 milhões em janeiro de 2003) os recursos disponíveis para a aquisição dos livros, o que significava na época R\$ 7,00 por aluno, num universo próximo aos 21 milhões e 700 mil estudantes de Ensino Fundamental. Hoje, estes números seriam: R\$ 9,00 (pouco mais de US\$ 2,50 em janeiro de 2003) para cada um dos 32 milhões de estudantes do Ensino Fundamental público.

---

<sup>2</sup> Até então, os livros eram escolhidos pelo órgão responsável pela sua compra e distribuição, sem nenhuma intervenção dos profissionais que o utilizariam nas escolas. O Programa atendia apenas aos alunos das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, ignorando as quatro séries seguintes.

A preocupação com a qualidade pedagógica dos livros comprados pelo Ministério é de fato iniciada em 1994. Até então, fazia-se uma avaliação com critérios pouco claros.

Em 1993, após quase uma década de atuação, o Programa se ressentia da falta de uma verificação da qualidade dos livros, feita pelo próprio MEC. Na ocasião, os critérios utilizados para a compra dos livros eram meramente técnicos e diziam respeito à qualidade de material e gráfica dos exemplares, sua durabilidade. Estudos realizados a partir da década de 1960 denunciavam a falta de qualidade dos livros e apontavam problemas crônicos, como a desatualização das informações e a veiculação de ideologias e preconceitos, bem como acentuadas deficiências metodológicas (Francalanza, 1993).

Ainda em 1993, através do *Plano Decenal de Educação para Todos*, o MEC assumia como metas relacionadas ao livro didático: melhorar a qualidade física do livro distribuído gratuitamente; capacitar os professores à avaliação e escolha dos títulos, e melhorar a qualidade desse livro, planejando uma nova política pública para tal fim. No mesmo ano, foi criada uma comissão de especialistas incumbida de avaliar os livros mais solicitados e estabelecer critérios para as novas aquisições ministeriais. Foi este um importante passo em busca da qualidade pedagógica dos livros utilizados por dezenas de milhões de estudantes brasileiros.

Os resultados desse esforço foram publicados no ano seguinte, 1994, e retratavam os principais problemas das obras didáticas, sejam eles editoriais, conceituais ou metodológicos. Eram traçados também os requisitos básicos para um título ser considerado de boa qualidade. É o início do processo de avaliação oficial dos livros didáticos.

A partir de 1995 - já no governo Fernando Henrique Cardoso - o Ministério ampliou a distribuição dos livros didáticos e instituiu a análise e avaliação pedagógica dos livros a serem comprados e oferecidos aos professores das escolas públicas nacionais.<sup>3</sup>

Desde esta data, qualquer livro comprado pelo MEC é antes avaliado.

O Ministério da Educação formou comissões avaliadoras que analisam os livros oferecidos pelas editoras. As comissões, divididas por área de conhecimento - Alfabetização e Língua Portuguesa; Matemática; Ciências; Estudos Sociais (mais tarde, Geografia e História) - ficam responsáveis pela elaboração de critérios de análise, bem como pela avaliação e classificação dos títulos oferecidos.

Em outubro de 1995, durante o seminário “*Livro Didático: Conteúdo e Processo de Avaliação*”, as comissões estabeleceram e divulgaram seus critérios de análise<sup>4</sup>. Divulgaram-se os critérios eliminatórios, válidos para todas as áreas e que excluem os livros de qualquer compra. São eles:

- Expressão de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, credo, ou quaisquer outras formas de discriminação, e
- Indução a erros ou apresentação de erros graves relativos ao conteúdo da área.

---

<sup>3</sup> Desde 1995, o Programa Nacional do Livro Didático pretende atender a todos os estudantes matriculados em escolas públicas, sejam elas municipais, estaduais ou federais. Ficam garantidas também, a compra e distribuição de livros de todas as disciplinas obrigatórias do currículo da escola fundamental. Até o estabelecimento das propostas de avaliações pedagógicas dos livros, a remessa de livros às escolas se dava de forma alternada (a cada ano, uma ou duas disciplinas eram contempladas com livros. Desta forma o aluno não recebia todos os livros que iria utilizar naquele ano letivo).

<sup>4</sup> Em junho de 1995, havia se realizado a mesa redonda “*Como melhorar o livro didático*”, com a participação de grande parte dos envolvidos no tema: dirigentes e equipe técnica do Ministério da Educação, dirigentes da FAE, UNDIME, CONSED, CBL (Câmara Brasileira do Livro), ABRALE (Associação Brasileira de Autores de Livros Didáticos), ABELIVROS (Associação Brasileira de Editores de Livros), SNEL (Sindicato Nacional de Editores de Livros), CENPEC e especialistas de diversas áreas de conhecimento. Estes mesmos personagens participaram do Seminário “*Livro Didático: Conteúdo e Processo de Avaliação*”, quatro meses depois. Em dezembro do mesmo ano, após reunião entre técnicos do Ministério e representantes das Associações e Sindicatos, ficava estabelecido que estes últimos encaminhariam suas considerações a respeito do documento com os critérios a serem utilizados.



Criou-se assim o PNLD 1997, que ao longo do ano de 1996 analisou os livros e divulgou seus resultados para, em 1997 - após escolha dos professores - estarem disponíveis aos estudantes de escolas brasileiras.

A avaliação do PNLD/97 com o intuito de facilitar o processo de escolha dos livros criou categorias em que tais obras se enquadravam, classificando-as assim:

- Livros Excluídos: livros que não atendiam às exigências mínimas, que continham problemas apontados como eliminatórios (já descritos).
- Livros Não-recomendados: livros com condições insuficientes para o exercício da boa educação, com impropriedades que comprometem sua eficácia.
- Livros Recomendados com Ressalvas: livros que satisfazem os critérios mínimos de qualidade, mas que requerem atenção e complementação por parte do professor.
- Livros Recomendados: obras que cumprem a função didático-pedagógica e atendem aos mais específicos critérios da avaliação.

Uma carta-convite enviada para algumas editoras abria o processo àquelas que se interessassem em vender seus livros ao Ministério. A carta expunha os critérios pelos quais os livros seriam analisados, e as condições para compra (valores, prazos, entregas etc.).

Os exemplares remetidos ao Ministério foram analisados pelos profissionais de cada uma das áreas, e seus resultados foram divulgados sob duas formas.

Um laudo técnico acompanhado de um parecer elaborado pela comissão avaliadora, referente aos livros excluídos e não-recomendados, foi encaminhada às editoras. E a segunda forma, o *Guia de Livros Didáticos*, publicação do Ministério da

Educação contendo as resenhas de todos os livros recomendados (com ou sem ressalvas), encaminhada a todas as escolas públicas brasileiras.<sup>5</sup>

Junto com o *Guia* as escolas recebiam uma listagem dos livros analisados sem indicação de classificação. Este índice simplificado era muitas vezes isoladamente utilizado para escolha, pormenorizando as resenhas contidas no *Guia*.

No ano seguinte inicia o PNLD 1998, cujo processo foi realizado pelo FNDE, que incorpora as funções da FAE após sua extinção.

As estratégias e critérios de avaliação e divulgação de resultados foram mantidos, e permitiu-se que autores e obras excluídas ou não-recomendadas fossem re-inscritos para nova análise. Incluiu-se também na análise os livros de alfabetização (cartilhas, pré-livros e livros de leitura intermediária).

A principal inovação do PNLD/98 foi a criação de uma nova categoria de classificação: os Livros Recomendados com Distinção. Esta categoria incluiu os livros didáticos que se destacam apresentando propostas pedagógicas inovadoras e elogiáveis. Mais uma vez, a fim de facilitar a consulta e escolha, criaram-se abreviações e ícones que indicam a classificação do livro. Assim:

- Livro Recomendado com Ressalvas (RR): 1 (uma) estrela
- Livro Recomendado (REC): 2 (duas) estrelas
- Livro Recomendado com Distinção (RD): 3 (três) estrelas

---

<sup>5</sup> Em maio de 1996, após a avaliação do PNLD/97, os representantes legais de cada uma das editoras que tiveram títulos excluídos ou não-recomendados foram convocados a uma reunião com a Secretaria de Ensino Fundamental. As exclusões foram, obviamente, questionadas pelas editoras, mas o resultado da avaliação, mantido pelo MEC, uma vez que seus critérios tinham sido expostos antes das inscrições das obras.

O *Guia de Livros Didáticos* do PNLD/98 foi publicado em 1997 em um único volume com resenhas dos livros recomendados (RR, REC e RD), e listagem de obras não-recomendadas (enquadradas no *Guia* como “*Outros Títulos Analisados*”).

Foi no ano de 1997 que o Programa Nacional do Livro Didático - em seu PNLD 1999 - trouxe como novidade a avaliação dos livros didáticos destinados às quatro séries finais do Ensino Fundamental (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries). Novos critérios se faziam necessários, e assim, novas reuniões com diferentes profissionais envolvidos na questão foram realizadas. O Seminário “*Crêterios de Avalia o de Livros Didáticos – 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries*” ocorreu em junho de 1997 e subsidiou a elabora o dos novos critérios.

Dentre as modifica es, destaca-se a inclusão de um novo critério de análise: a coerência metodológica da obra. Fica estabelecida a necessidade de haver uma unidade pedagógica-metodológica no livro, tornando-o um instrumento de uso contínuo e conciso. Há a preocupa o em redigir os critérios de forma a não criar d vidas aos autores e editores, aos avaliadores e professores que fariam as escolhas. A classifica o de livros como *não-recomendados* foi eliminada. Eles passaram a ser simplesmente descartados da compra pública e seus títulos ignorados no *Guia*.

Os critérios foram então distribuídos em três grandes classes:

- *Contribui o para a constru o da cidadania*
- *Corre o dos conceitos e informa es básicas*
- *Corre o e pertinência metodológicas*

Seguiu-se o PNLD 2000, depois transformado em PNLD2000/2001, novamente destinado às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental <sup>6</sup>. Neste processo, foram mantidos os critérios utilizados no PNLD/99 adaptados às séries em avaliação.

Vale lembrar que os livros analisados em programas anteriores puderam ser re-apresentados, e assim podem ter sofrido alterações em sua classificação.

Em seu *Guia*, o PNLD 2000/2001 destaca o papel das resenhas em responder às seguintes questões:

- *Que concepções de Ciências, Matemática, Língua, História ou Geografia os livros manifestam?*
- *Quais os conteúdos privilegiados?*
- *Com que rigor e acerto tais conteúdos são tratados?*
- *Que metodologia é empregada ou preconizada?*
- *Como todos estes aspectos se articulam numa proposta global?*
- *Há coerência entre a proposta didático-pedagógica e o projeto gráfico?*
- *O Manual do Professor orienta os docentes em relação ao uso do livro didático no processo de ensino?*

(MEC, 2000b).

Os critérios utilizados no PNLD/99 foram re-editados, com modificações, para o PNLD de 2002, que também avaliou os livros de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries. Naquele ano, o número de

---

<sup>6</sup> Diante de um quadro de crise internacional e cortes orçamentários, ficou o Governo Federal decidido a espaçar as compras de livros didáticos em intervalos de 3 anos. Isso foi planejado e articulado com uma campanha publicitária com o personagem “Menino Maluquinho”, de Ziraldo. O corte orçamentário foi travestido de campanha de conservação de livros. Aqueles livros entregues em 1998 tiveram de resistir até o final do ano de 2000, quando foram repostos por aqueles livros adquiridos no PNLD 2000/2001.

livros analisados foi maior, o que desencadeou uma série de alterações estruturais e de logística no processo de avaliação.

Os números do Ministério a respeito do PNLD 2000/2001 dimensionam a questão:

- 569 livros analisados em diferentes fases por diversos profissionais.
- 150 pessoas de praticamente todos os Estados do Brasil diretamente envolvidas com a avaliação.
- 321 livros foram recomendados e tiveram suas resenhas apresentadas no *Guia*.
- 200.000 exemplares do *Guia* publicados e distribuídos para 187.493 escolas, situadas em 5.507 municípios de todo país.
- 32.440.120 alunos beneficiados com a compra de 72.616.050 livros didáticos.
- R\$ 249.053.551,82 gastos na compra destes.

(MEC, 2000a / MEC 2000c).

Números oficiais do Ministério da Educação mostram a ampliação do Programa Nacional do Livro Didático nos últimos anos (ver QUADRO I), demonstrando o poder que exerce na educação brasileira.

QUADRO I: PNLD – Distribuição das obras didáticas em números, por ano e por disciplina atendida.

PNLD	Anos de aquisição e distribuição	Total de livros adquiridos	Total de recursos (R\$)	Disciplinas atendidas
1995	1994/95	56.973.686	125.655.576,34	LP e M (1ª a 4ª); ES e C (2ª a 4ª).
1996	1995/96	80.267.799	196.408.625,96	LP e M (1ª a 4ª); P, M e C (5ª a 8ª).
1997	1996/97	84.732.227	223.251.104,59	A; P, M, C e ES (1ª); ES e C (2ª a 4ª); H e G (5ª a 8ª).
1998	1997/98	84.254.768	253.871.511,35	A; P, M, C e ES (1ª a 4ª).
1999	1998/99	109.159.542	373.008.768,44	A; P, M, C e ES (1ª a 4ª); P, M, C, H e G (5ª a 8ª).
2000	1999/2000	72.616.050	249.053.551,82	A; P, M, C e ES (1ª a 4ª complementação de matrículas); P, M, C, H e G (5ª a 8ª complementação).
2001	2000	130.283.354*	474.334.698,90	A; P, M, C, ES, H, G e D (1ª a 4ª); P, M, C, H e G (5ª a 8ª).
2002	2001	120.695.592**	539.040.870,21	A; P, M, C e ES (1ª a 4ª complementação); P, M, C, H e G (5ª a 8ª).

Fonte: MEC 2002b.

LP: Língua Portuguesa; M: Matemática; ES: Estudos Sociais; C: Ciências; P: Português; A: Alfabetização; H: História; G: Geografia; D: Dicionários.

\* Incluídos 20.231.351 dicionários.

\*\* Sendo 10.140.546 dicionários.

Segundo o FNDE, foram entregues em 2003 aproximadamente 52,4 milhões de livros <sup>7</sup>. A previsão de orçamento para o PNLD/2004 é de R\$ 550 milhões, destinados á aquisição de cerca de 116 milhões de livros e dicionários. Mais de 32 milhões de alunos serão atendidos em 2004.

Os QUADROS II e III reúnem, de maneira sintética e ilustrativa, as principais mudanças nos critérios de avaliação dos livros de Ciências no decorrer do Programa Nacional do Livro Didático, o PNLD.

<sup>7</sup> Em 2003, só os estudantes matriculados na 1ª série recebem 100% dos livros didáticos. É o chamado "ano das vacas magras", já que os alunos de 2ª a 8ª séries recebem os livros apenas para complementação e reposição, no caso de perda do livro ou ingresso de novo aluno.







### 3- PNLD 2004

O PNLD 2004 - iniciado em 2001 e com publicação da versão eletrônica do *Guia* ao final de 2002 - avaliou coleções com livros de 1ª a 4ª séries e trouxe uma série de modificações em sua estrutura e critérios. Pesquisas acadêmicas, realizadas em parceria com o MEC, alimentaram o novo processo, iniciado no final de 2001.

A pesquisa “*Os Professores e a Escolha do Livro Didático de 1ª a 4ª Séries - Ciências*”, encomendada pelo Ministério, encaminhou as sugestões referentes ao *Guia* ao Ministério da Educação, como parte de seus relatórios.

A área de Ciências e seu processo de avaliação serão agora retratados com maior profundidade, visto o envolvimento do autor deste trabalho com a pesquisa ministerial - no papel de coordenador de equipe.

O ensino das Ciências é, muitas vezes, estimulado por processos que requerem experimentação prática ou suposições de ordem prática, como coleta e interpretação de dados. Estes processos devem ser incitados de forma concreta, contextualizada. O Ministério e a equipe de Ciências identificam cinco maneiras para que tal recomendação seja aplicada. São elas:

- *Reconhecer questões passíveis de pesquisa pela Ciência;*
- *Identificar evidências necessárias para uma pesquisa de fundo científico;*
- *Construir ou avaliar conclusões tiradas a partir de evidências;*
- *Comunicar conclusões válidas dentro do contexto científico;*
- *Demonstrar entendimento de conceitos científicos.*

Critérios que avaliem e mensurem o potencial pedagógico de coleções, subsidiando inclusive a elaboração do Projeto Pedagógico da escola, são necessários.

O estímulo ao desenvolvimento dos processos da Ciência figura como um dos deveres esperados dos livros didáticos de Ciências. As coleções de livros recomendadas aos professores no PNLD 2004 demonstram suficiência em quatro aspectos básicos (retirado de material entregue aos avaliadores do PNLD 2004 de Ciências):

*CONTEÚDOS CIENTÍFICOS ALINHADOS COM OS PRINCÍPIOS DA ABRANGÊNCIA, PROGRESSÃO E CORREÇÃO CONCEITUAL*

*O livro didático deve ter a preocupação de buscar e veicular informação adequada correta, precisa e atualizada. Entende-se que o conteúdo escolar não seja apenas pretexto para o desenvolvimento de capacidades no aluno, mas que expresse a materialidade própria dos contextos locais nos quais as situações de ensino-aprendizagem encontram referência mais direta.*

*A seleção de conteúdos deve se pautar pela abrangência teórica e pertinência educacional. Embora não existam conteúdos que devam constar compulsoriamente dos currículos escolares, o livro didático recomendado pelo PNLD deve estar pautado pelo princípio da abrangência.*

*É importante, na iniciação ao conhecimento científico sistematizado, focalizar fenômenos cotidianos, nos quais estejam envolvidos conceitos centrais nas diversas áreas da ciência. Os conceitos devem ser tratados de maneira correta, mesmo que de forma simplificada, em adaptações próprias para a faixa etária a que se dirigem, respeitando-se o princípio da progressão.*

*Segundo esse princípio, as situações de aprendizagem a que as crianças podem ser submetidas devem necessariamente levar em conta o fato de que seu crescimento implica desenvolvimento de estruturas de pensamento. Assim, espera-se que os livros de uma coleção sejam concebidos tendo em vista esse desenvolvimento, oferecendo estímulos cognitivos progressivos.*

*O princípio da correção conceitual implica respeito a conceitos e à terminologia científica, entendendo-a como código próprio da comunicação na*

*área científica, que procura compactar informação e não torná-la inatingível ou mesmo incompreensível. Ainda que se deva entender a especificidade das demandas e possibilidades escolares nesse sentido, o que implica concessões, elas deverão estar claramente sinalizadas para o professor, que deve saber do que trata o livro didático. No entanto, isso não significa que termos técnicos sejam utilizados fora de contexto ou expressando idéias francamente contrárias em relação a seu significado científico.*

*As descrições de experimentos também serão analisadas. Existem descrições detalhadas de experimentos que apresentam resultado objetivo, porém fantasioso, uma vez que correspondem apenas a uma inferência do autor.*

*A acuidade de conceitos e informações deve ser preocupação constante nas mais diferentes formas de comunicação adotadas pelo livro didático. Especialmente graves são as ilustrações nas quais não existem referências a tamanho e escala, transmitindo noções equivocadas de fenômenos espaciais e tamanhos relativos.*

*A bibliografia consultada deverá estar presente, tendo como objetivo precípuo comprovar o amparo da comunidade científica em torno dos conceitos centrais de uma dada área do conhecimento.*

#### *TEXTO COMPROMETIDO COM A EFICIÊNCIA E ADEQUAÇÃO METODOLÓGICAS*

*O livro didático que se deseja para o PNLD deve estar alinhado com a eficiência metodológica, entendendo que existem diversas formas de apresentar fenômenos e abordar conceitos, sendo que algumas delas são mais eficientes do que outras. Da mesma forma, o livro deve estar preocupado com a adequação metodológica, que configura formas adequadas de realizar essa apresentação e abordagem em lugar de outras, que têm chance remota de alcançar os objetivos pretendidos.*

*Nesse sentido – e atrelado ao critério da progressão descrito acima - a realização de experimentos simples, elaboração de projetos, ou de planos de trabalho devem aparecer de forma progressiva ao longo dos livros que compõem a coleção.*

*Da mesma forma, entende-se como deficiência metodológica a decisão de fazer do livro didático de ciências um material de entretenimento ou diversão,*

*onde o tratamento conceitual seja substituído por ilustrações, jogos, brincadeiras e textos sem pertinência científica. O projeto gráfico do livro deve se pautar pela eficiência comunicativa, observando os princípios da progressão e correção conceitual, tanto no que diz respeito à ilustração quanto ao texto escrito.*

*Especial importância será conferida à coerência metodológica expressa pelo livro. Entende-se que o Manual do Professor apresente as linhas gerais do trabalho a ser desenvolvido com o auxílio do Livro do Aluno. O cotejo entre os princípios expressos em um e as práticas propostas no outro permitem perceber coerência metodológica qualquer que seja a filiação filosófica da obra. A incoerência entre pressupostos teóricos presentes no Manual do Professor e sua implementação prática no Livro do Aluno constitui deficiência metodológica.*

#### *MATERIAIS DIDÁTICOS COMPROMETIDOS COM A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA*

*Um texto didático deve atentar para os efeitos que exerce sobre a formação do educando, em suas diversas dimensões. A formação intelectual, moral e ética do aluno é influenciada, em diversos sentidos, pelas ações desenvolvidas no seio da escola. Os textos didáticos têm parcela de responsabilidade – assim como os meios de comunicação, a educação doméstica e tantos outros fatores - no desenvolvimento de padrões de comportamento, resultado de determinadas representações da realidade. Elas podem contemplar, prestigiar e promover certos segmentos da sociedade em detrimento de outros; bem como escamotear aspectos da realidade.*

*A forma de retratar a ciência tem sido apontada como promotora de valores a respeito de culturas, etnias e grupos sociais. Ao enfatizar a contribuição sanitária e civilizatória que a ciência conferiu a povos colonizados por nações européias, transmite-se a idéia de que as nações colonizadas careciam de valores, normas e até mesmo de qualquer princípio lógico. A complexidade do fenômeno humano, a partir de um ponto de vista social e histórico, deve figurar entre as preocupações ao se retratar as contribuições que a ciência certamente trouxe para diferentes povos do planeta, em todos os continentes.*

*O livro didático deve promover situações que suscitem entre os alunos troca de opiniões, debates, trabalhos cooperativos; incentivem o convívio social e o respeito ao outro. O desestímulo ao convívio social, expresso de forma explícita*

*ou implícita, apresenta reflexos maléficos que se estendem por períodos prolongados de tempo na vida dos cidadãos, fortalecendo práticas sociais preconceituosas que se pretende ver erradicadas em nosso país. Isso justifica a decisão de excluir do PNLD 2004 os livros didáticos nos quais ele foi encontrado.*

#### *LIVROS QUE NÃO COMPROMETAM A INTEGRIDADE FÍSICA DO ALUNO*

*O ensino de Ciências baseado na realização de experiências e demonstrações práticas tem sido apresentado como inovador e deve ser estimulado na escola. No entanto, isso não significa que todo e qualquer tipo de experimento seja intrinsecamente bom. A sugestão de atividades práticas deve ser acompanhada de uma profunda reflexão, não apenas sobre sua pertinência pedagógica, como também sobre os riscos reais ou potenciais à integridade física dos alunos.*

*As recomendações de primeiros socorros presentes nos livros devem ser analisadas por autoridade médica devidamente identificada, ou de acordo com fonte bibliográfica reconhecida pelas entidades médicas credenciadas no país.*

Em Ciências, o PNLD 2004 analisou um número recorde de livros: 136 exemplares, divididos em 34 coleções. A área de Ciências fez o treinamento de seus avaliadores em duas etapas: a primeira, em dezembro de 2001, reuniu avaliadores residentes na capital e cidades do interior paulista; a segunda, em abril de 2002, contou com a presença dos avaliadores de outros Estados brasileiros. A presença de avaliadores de várias regiões é fundamental para a lisura da avaliação, eliminando o fator “regional” da análise.

Nos treinamentos - realizados sob sigilo e com duração de uma semana - foram transmitidos, além dos critérios utilizados nessa nova avaliação, as experiências e tendências observadas na pesquisa “*Os Professores e a Escolha do Livro Didático...*”, um breve histórico do Programa, e os principais problemas e peculiaridades observados nos processos de avaliações anteriores.

A equipe de coordenação do PNLD 2004 descreveu e discutiu junto com os avaliadores que participaram de Programas anteriores, os principais erros conceituais de diversas áreas do conhecimento científico encontrados nos livros. Evidenciaram também os problemas metodológicos e didáticos que devem ser observados, bem como os aspectos relacionados à discriminação e preconceitos, à segurança e integridade física de alunos e professores, sempre frisando os novos critérios.

A avaliação pretendeu manter o estímulo a inovações pedagógicas alinhadas com a qualidade do ensino das Ciências, a compreensão crítica do fenômeno tecnológico, a promoção da qualidade de vida, da cidadania e do convívio social equilibrado. Esta vontade fica evidenciada na classificação das obras, privilegiando aquelas enquadradas nestas qualidades.

Esperava-se que os livros - sejam eles reapresentações de edições já avaliadas, sejam inéditos no processo - incorporassem as críticas e sugestões feitas em processos passados, proporcionando um trabalho mais eficiente e, portanto, de melhor qualidade ao professor que leciona nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental.

Uma das novidades desse PNLD 2004 é a divulgação da classificação de coleções e não mais de livros isoladamente. Assim, as editoras devem inscrever suas coleções - todos os livros de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries do Ensino Fundamental. Essa mudança garantiria a articulação do trabalho desenvolvido em diferentes séries e ofereceria situações de ensino que respeitassem a progressão dos alunos e sua evolução na capacidade de aprendizagem, muito significativa nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Pretendeu ampliar a investigação da eficácia didática das coleções, incluindo na avaliação um rigoroso escrutínio das tarefas a que os estudantes são estimulados a realizar.

Tal alteração gerou mudanças significativas no processo de análise, visto que agora, não basta os livros serem bem avaliados, mas a coleção deve ter uma unidade coesa

e clara. A área de Ciências optou por uma análise em várias etapas a fim de detalhar as qualidades e características de cada uma das obras. Em um primeiro momento, cada um dos livros de uma coleção era lido e analisado por uma dupla de profissionais. Tendo em vista a abrangência característica da Ciência, que envolve distintas áreas do conhecimento - Astronomia, Geologia, Química, Botânica, Fisiologia, Zoologia, Ecologia e Biologia Celular para citar algumas das mais presentes nos livros de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries - a análise de cada livro foi realizada, primeiramente, por dois profissionais de áreas distintas. Desta maneira, problemas e incorreções passavam pela avaliação de duas pessoas capacitadas em universos diferentes.

A determinação, tanto do livro a ser visto quanto da dupla que o analisaria, era feita com base nos temas predominantes na obra. Assim, um livro era analisado, por exemplo, por um astrônomo em par com um ecólogo, quando estes fossem seus maiores assuntos.

Numa segunda etapa, a dupla de avaliadores requisitava sempre que necessário, a ajuda de profissionais de outras áreas científicas. Se neste livro avaliado por astrônomo e ecólogo, uma questão relacionada à medicina criasse dúvida na análise, um profissional capacitado para solucioná-la era consultado. Cada tema de análise era avaliado por um profissional competente a tal tarefa.

Após a plena análise do livro, uma classificação era dada e uma resenha preparada. Os quatro livros da coleção seguiram então a uma dupla determinada para analisar a coesão e coerência das obras, o que caracteriza uma coleção com propostas pedagógicas claras. Só então a classificação final da coleção era alcançada.

## OS PROFESSORES E A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS DE 1ª A 4ª SÉRIES

A pesquisa intitulada “*Os Professores e a Escolha do Livro Didático de 1ª a 4ª Séries*”, foi realizada no ano de 2001, e em seu módulo Ciências<sup>8</sup>, visitou 10 escolas em 5 cidades brasileiras<sup>9</sup> coletando, entre outras informações, dados sobre o processo de escolha dos livros didáticos. Em cada uma das localidades viu-se uma situação diferente.

A avaliação pedagógica realizada pela SEF/MEC conceitua os livros enviados para análise em quatro níveis: os livros Excluídos (que, por não seguirem premissas básicas, não são mais adquiridos pelo MEC), os Recomendados com Ressalvas, os Recomendados e os Recomendados com Distinção. Esse resultado tem por base critérios de qualidade desenvolvidos pela SEF/MEC que procuram determinar os livros que potencialmente podem colaborar para a qualidade na educação. Parte-se do pressuposto que um livro três estrelas possa contribuir mais para a qualidade na educação do que um livro de uma estrela, desde que as condições de sua adoção respeitem o que a resenha estampada no *Guia de Livros Didáticos* diz sobre tais livros.

Pesquisar a efetividade pedagógica dos livros didáticos de Ciências nos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental implica pesquisar um conjunto de características que envolvem a sala de aula e não apenas o desempenho de estudantes em tarefas particulares.

A pesquisa foi realizada através de um convênio entre a Secretaria de Ensino Fundamental do Ministério da Educação (SEF/MEC) e a Universidade de São Paulo, responsável pela elaboração e efetivação da pesquisa.

---

<sup>8</sup> O autor dessa dissertação participou da pesquisa ministerial como coordenador de equipe, elaborando seus instrumentos, discutindo sua metodologia, visitando algumas das cidades pesquisadas e redigindo seus relatórios.

<sup>9</sup> Posteriormente à primeira fase de pesquisa, visitou-se ainda duas escolas públicas da cidade de São Paulo, totalizando assim: 12 escolas visitadas em 6 cidades brasileiras.



#### 4 - METODOLOGIA EMPREGADA NA PESQUISA

Estruturamos a pesquisa oficial do MEC em etapas, para atender os objetivos propostos com melhor clareza e fidedignidade.

A equipe de coordenação optou por formar uma única equipe local, composta por cinco membros, todos com experiência na prática docente e de pesquisa. A equipe de coordenação, que além do autor e do orientador desta dissertação, contou com o Prof. Dr. Paulo Takeo Sano, supervisionou as várias etapas da pesquisa, colaborando com sua metodologia, aplicação e análise.

A equipe de pesquisadores foi formada por Carla Newton Scrivano – bióloga, estudante de Pedagogia, professora de Ensino Fundamental e Médio e pesquisadora da FE/USP; Fabíola Bovo Mendonça, bióloga e mestranda do Depto. de Botânica do IB/USP; Mariana Ramos Fantinati, bióloga e mestranda do Depto. de Botânica do IB/USP, e Rodrigo Venturoso Mendes da Silveira, biólogo e mestre em Biologia pelo IB/USP. Além desta equipe, estagiárias da Faculdade de Educação da USP fizeram o levantamento nas escolas paulistanas.

Os dados que se apresentam nesse trabalho acadêmico são, em grande parte, frutos dos relatórios destes pesquisadores, sob coordenação e análise do autor da dissertação.

A formação da equipe seguiu critérios de seleção que incluíam disponibilidade para viagens, reuniões e pesquisas, bem como afinidade com o tema pesquisado e experiências anteriores em pesquisas de mesmo cunho. Não havia autores de livros didáticos na equipe.

Tais opções se justificam por fatores essenciais numa pesquisa que busca informações em diferentes localidades e condições. Numa equipe formada por pessoas que já se conhecem e que trabalham juntas há um bom tempo, o entrosamento é facilitado. O

fato de todos os integrantes da equipe residirem na mesma cidade propiciou um efetivo e homogêneo treinamento, trazendo a todos a mesma capacitação, as mesmas instruções. A equipe - pesquisadores e coordenadores - desenvolveu os instrumentos e as técnicas de pesquisa em conjunto, após leituras e discussões, permitindo um pleno conhecimento do material e das estratégias de campo.

A pesquisa aconteceu em várias esferas da escola. Diretores e coordenadores pedagógicos trariam informações gerais sobre a escola, sua estrutura, corpo docente, sobre a atuação da Direção e Coordenação na escolha dos títulos de livros didáticos, e a posição crítica destas duas instâncias em relação ao processo e ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Tais informações foram complementadas por visitas a Secretarias de Educação dos municípios visitados e por conversas com supervisores e delegados de ensino.

Os professores foram entrevistados buscando idéias e esclarecimentos sobre a escolha dos títulos que usariam em sala de aula. Pretendemos ouvir críticas e sugestões ao PNLD, ao *Guia do Livro Didático*, aos livros didáticos, ao Manual do Professor e ao processo de escolha como um todo (envolvendo aqui decisões políticas, interferências externas etc.).

Tendo em vista a plena realização da pesquisa, sua urgência e importância, decidimos visitar 2 escolas em cada uma das cidades, totalizando 10 escolas na pesquisa. Cada cidade recebeu a visita de dois pesquisadores acompanhados de um dos coordenadores. Em todos os contatos, os objetivos da pesquisa foram claramente explicitados. Apresentávamos a pesquisa como sendo da Universidade de São Paulo, evitando assim a conotação de “pesquisa oficial”, o que poderia prejudicar as informações obtidas e inibir maiores contatos com diretores e professores.

A pesquisa de campo foi realizada no segundo semestre de 2001 e visitou cidades selecionadas pela região do país que se encontram, pela receptividade e por peculiaridades no processo e na política pública do livro didático.

Como resultados finais, redigimos um relatório com tendências e particularidades da escolha nas diferentes cidades, sugestões e críticas ao PNLD e palestras de treinamento aos avaliadores da área de Ciências do PNLD 2004.

Um roteiro de questionário dirigido à parte da pesquisa que envolve Direção e Coordenação Pedagógica foi sugerido por uma equipe de pesquisa de outra área, que não Ciências (Costa Val, 2002). Em reuniões com coordenadores da pesquisa de todas as áreas envolvidas e com representantes do Ministério, decidiu-se que o roteiro seria respeitado, mas que cada área decidiria como aplicá-lo. A equipe de Ciências optou por transformar esse roteiro em um questionário, a ser preenchido pelos pesquisadores em conversa com a equipe pedagógica da escola visitada. Esse questionário foi dividido em partes, suas questões amplamente discutidas e testadas, chegando-se ao que foi finalmente aplicado.

Um primeiro instrumento (ANEXO 1), caracteriza a escola quanto à sua infraestrutura física e funcional. Questões relacionadas às condições físicas da escola, aos recursos didáticos disponíveis, ao corpo docente, direção e alunos eram abordadas. Os próprios pesquisadores, durante a visita à escola, o preenchem.

Um outro instrumento de pesquisa (ANEXO 2) é aplicado à direção e coordenação pedagógica da unidade de ensino. Aborda o projeto pedagógico, o processo de escolha dos livros didáticos e as relações da comunidade escolar com os pais de alunos, com a sociedade civil e com o poder público. Finaliza buscando a posição da direção da escola sobre a política pública dos livros didáticos. Este questionário também era preenchido pela dupla de pesquisadores de forma individual, em conversa com direção e/ou coordenação pedagógica da escola.

O questionário que seria aplicado aos professores veio de sugestão de uma equipe de pesquisa do Ministério da Educação. Esta equipe produziu um questionário a ser preenchido pelo maior número possível de professores das escolas pesquisadas, e buscava informações sobre diversas atividades docentes. O instrumento tinha, além de 2 páginas apresentando a pesquisa e seus responsáveis, 4 páginas com 34 questões sobre a escola, a formação profissional do docente e a escolha e avaliação do livro didático na escola. Seguiam-se 14 páginas com questões específicas aos livros didáticos escolhidos de cada componente disciplinar (Alfabetização, Língua Portuguesa, Ciências, Estudos Sociais, Geografia, História e Matemática). Finalizavam o instrumento mais 14 páginas, também divididas por componente curricular, com questões sobre o livro utilizado pelo professor.

Professores de Ensino Fundamental 1 (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries) deveriam, portanto, preencher a todas estas perguntas, das 34 páginas propostas no instrumento.

Em reunião, os coordenadores de área decidiram:

- a) os sujeitos serão professores de 1<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> séries;*
- b) será elaborado um único questionário com questões específicas para cada uma das áreas e que deverá ser aplicado em todas as escolas pesquisadas, com vistas a uma coleta de dados passíveis de integração;*
- c) serão pesquisados, em média, 07 (sete) professores por escola;*
- d) mantém-se o trabalho já realizado, para os estudos de área, agregando-se a ele o novo questionário, para descrição dos processos de escolha do conjunto das áreas.*

Ressaltando-se que “os instrumentos utilizados para a análise da escolha de livros por área, feita pelas equipes de pesquisadores, (i) contemplem, efetivamente, a especificidade dessa escolha por área e (ii) explorem de modo mais sistemático as

*representações dos professores a respeito desse processo (para isso, foi distribuída lista de aspectos a serem tematizados nas entrevistas. Tendo esses critérios de avaliação de avaliação dos instrumentos, sugeriu-se a necessidade de revisão dos instrumentos”<sup>10</sup>.*

Já prevendo a desmotivação dos professores em responder a tão extenso instrumento<sup>11</sup>, a equipe de Ciências propôs um novo método de pesquisa baseado em entrevistas com uma amostra de professores selecionados segundo critérios bem claros e rígidos. As 34 páginas foram substituídas - exclusivamente na pesquisa em Ciências - por 85 perguntas de rápido registro, mas cujas respostas caracterizavam com maior clareza tanto o perfil profissional do professor quanto os processos de escolha e uso dos livros didáticos (ANEXO 3).

A equipe de Ciências definiu as cidades que visitaria. A escolha partiu de alguns critérios relevantes quando se pretende uma amostra heterogênea o suficiente para se traçar tendências e descrever peculiaridades. Cinco cidades seriam visitadas, preferencialmente, de porte médio e distribuídas por todo território brasileiro. Buscamos uma amostra diversificada, deixando de estar sujeitos a influências locais. A escolha pela diversidade é uma opção para se escapar do regionalismo. Tendo em vista a diversidade de cidades que se tem no país, escolher aquelas de perfis semelhantes é reduzir demais a amostra. Procuraram-se, sim, cidades de perfis diversos, enfatizando suas diferenças.

Outro aspecto relevante na escolha das cidades foi o histórico que tínhamos de algumas delas. Históricos que mostram peculiaridades e pontos interessantes no processo de escolha dos livros, ouvidos e presenciados por integrantes da equipe de pesquisa.

---

<sup>10</sup> Segundo Memória de Reunião realizada em Belo Horizonte em 10 de agosto de 2001 com coordenadores de área e técnicos do COMDIPE.

<sup>11</sup> A própria equipe que elaborou os instrumentos reconhece que sua extensão prejudicou as coletas e análises (Batista, 2002a).

Na região Norte, a cidade escolhida foi Belém, no Pará. A cidade de Belém é capital do Estado, tem 1,3 milhões de habitantes e 447 escolas de Ensino Fundamental (segundo dados oficiais do relatório IBGE 2000).

Para receber a equipe de pesquisa como cidade da região Centro-Oeste do país, escolheu-se uma cidade localizada também na região Norte. O aparente equívoco se explica pelo fato do Estado de Tocantins ter sido separado do de Goiás no início da década de 1990 e por seus habitantes manterem hábitos e vínculos muito mais fortes com a região Centro-Oeste do que com a Norte, onde se localizam geopoliticamente. A capital tocantinense foi fundada em 1990, tem aproximadamente 136 mil habitantes, 3 bibliotecas públicas, 39 instituições de pré-escolas, 54 escolas com Ensino Fundamental e 15 com Ensino Médio (segundo relatório do IBGE 2000). Fundamental na escolha desta cidade são os relatos de que na cidade os livros didáticos comprados pelo Ministério da Educação ficam estocados em salas com ar condicionado aguardando a devida distribuição, tamanha a preocupação e carinho com as obras.

Na região Nordeste do país visitamos Petrolina no Pernambuco. A cidade é a segunda maior do Estado e fica no interior, ao contrário das outras grandes cidades da região, litorâneas em sua maioria. Em 2000, o IBGE registrou 218 mil habitantes na cidade e 279 escolas de Ensino Fundamental.

Na região Sudeste do Brasil alguns detalhes e algumas precauções foram tomados na escolha da cidade representante da região. Os Estados de São Paulo e Minas Gerais, à exceção dos demais Estados brasileiros, centralizam o processo de escolha-compra-distribuição de livros didáticos. Eles recebem do Ministério a verba referente à compra dos livros e negociam diretamente com as editoras. Esta possibilidade é aberta a todos os Estados. No entanto, a dificuldade de negociação, os melhores preços e condições obtidos pelo governo federal fazem 25 Estados mais o Distrito Federal abrirem mão desta decisão.

A cidade escolhida, tendo em vista as limitações acima, foi Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro. A cidade, de vocação industrial - sua bacia concentra 80% da produção nacional de petróleo - é um importante centro na região, tem 406 mil habitantes e 312 escolas de Ensino Fundamental (IBGE 2000).

Santa Maria, no Rio Grande do Sul, foi a cidade da região Sul visitada nesta pesquisa. A segunda maior cidade do Estado, localiza-se no interior gaúcho, tem 244 mil habitantes e 122 escolas de Ensino Fundamental à disposição (IBGE 2000).

Em todas as cidades visitadas, a pesquisa foi realizada por uma dupla de pesquisadores, em escolas públicas de Ensino Fundamental, que haviam participado do Programa Nacional do Livro Didático 2000/2001. As escolas visitadas, duas em cada uma das cidades, são escolas sem nenhuma característica que as tornem muito diferentes das demais escolas da cidade ou da região. Não se visitou, por exemplo, escolas rurais, de educação especial, ou escolas consideradas “ricas”. A investigação das características da escola foi feita anteriormente às viagens, através do contato com Secretarias de Educação, Delegacias de Ensino e com as próprias escolas.

Algumas cidades eram conhecidas por membros da equipe, o que tornou a escolha e contato com escolas facilitado. Indicações de escolas nas cidades visitadas eram levadas em conta. A disponibilidade na recepção da equipe nas datas agendadas também foi fundamental nas opções.

Entre os critérios para escolha da escola também estavam a receptividade e a boa vontade dos funcionários com a equipe de pesquisa. Os contatos por telefone revelaram o descaso de algumas unidades com a pesquisa e o interesse de outras. Estas últimas eram privilegiadas no momento da escolha.

Uma vez selecionadas as escolas, escolhia-se os docentes a serem entrevistados.

Procuravam-se professores que lecionassem nas séries iniciais do Ensino Fundamental (preferencialmente na 4ª série) e que estivessem na docência há pelo menos cinco anos, preferencialmente na mesma escola a ser visitada. Nesta pesquisa o vínculo mais do que profissional com a escola é importante, já que muitas vezes estes aspectos são fundamentais na relação do docente com a escola e sua comunidade e, por conseqüente, com a escolha do material didático utilizado.

Resultados satisfatórios viriam com aqueles professores que tivessem participado de pelo menos um PNLD e, sobretudo, que estivessem dispostos a colaborar com a pesquisa. Esta disposição se faz essencial, uma vez que a metodologia da pesquisa exigia um grande envolvimento do entrevistado com o assunto e com os entrevistadores.

A fim de dinamizar a pesquisa, a escolha dos locais de entrevista limitou-se a escolas que utilizam em suas aulas de Ciências para as primeiras quatro séries do Ensino Fundamental algumas coleções de livros texto.

O estudo não poderia abranger escolas e professores que utilizassem todo e qualquer livro de Ciências oferecido no PNLD, uma vez que desta forma, teria-se uma visão extremamente fragmentada dos processos de escolha e uso dos livros. Certamente teríamos em nossa amostra apenas uma escola ou apenas um professor utilizando determinada coleção, desfavorecendo uma análise mais criteriosa e comparativa. Assim, optamos por escolher alguns títulos e visitar escolas que estivessem trabalhando com eles.

A seleção das escolas visitadas recaiu sobre aquelas que utilizavam ou livros mais bem avaliados ou livros mais solicitados no PNLD anterior. Esta amostragem, por ser abrangente e ao mesmo tempo dirigida, tende a retratar aspectos relevantes e decisivos da relação professor-escolha de livros didáticos.



No grupo das obras mais bem avaliadas estão as coleções:

- “*Descobrimo o Ambiente*” de Nyelda Rocha de Oliveira e Jordelina Lage Martins Wikrota, Editora FORMATO.
- “*Caminhos da Ciência – Uma Abordagem Socioconstrutivista*” de Francisco A. de Arruda Sampaio e Aloma F. de Carvalho, Editora IBEP.

Enquanto que entre as mais solicitadas, segundo dados do FNDE, está a coleção mais escolhida por professores brasileiros no período anterior à pesquisa:

- “*De Olho no Futuro*” de Marinez Meneghello Passos, Editora Quinteto/FTD.

Pesquisamos preferencialmente duas coleções diferentes em cada cidade (uma escola com cada coleção). Em certos casos, as informações prestadas pela escola não conferiam com sua realidade e, assim, outros livros foram incluídos na pesquisa, não por falhas na seleção das unidades visitadas, mas por equívocos nas informações por estas prestadas.

Paralelamente à escolha das localidades, escolas e personagens, os instrumentos da pesquisa foram sendo elaborados e lapidados.

A título de treinamento, buscando aprimorar tanto os instrumentos de pesquisa, quanto à sincronia e harmonia entre as duplas de pesquisadores, programou-se um pré-teste. Ele foi aplicado numa Escola Municipal de Ensino Fundamental, próxima à Cidade Universitária na Zona Oeste da cidade de São Paulo. Os critérios para escolha da escola foram semelhantes aos estabelecidos para a pesquisa, no entanto, levou-se em consideração a proximidade da Universidade de São Paulo e o conhecimento prévio da

escola, já que um dos membros da equipe havia realizado atividades nessa escola, que se mostrou muito receptiva. Os professores para a entrevista foram sugeridos pela coordenadora pedagógica.

Na escola, as entrevistas foram feitas com professoras da primeira série do Ensino Fundamental. Os instrumentos aplicados à Direção e à Coordenação Pedagógica também foram testados. Após a aplicação dos testes, os pesquisadores se reuniram para a exposição e discussão da experiência. Sugestões de alterações nos instrumentos foram discutidas e levadas aos coordenadores da equipe de pesquisa. Dessa maneira, e após as alterações, surgiram novos instrumentos de pesquisa - mais eficazes e confiáveis.

Além da melhoria dos instrumentos, observamos a necessidade de se reavaliar alguns dos procedimentos de contatos com as escolas. No momento do contato inicial - via telefone -, percebemos a necessidade de: 1) explicar ao diretor/coordenador pedagógico o perfil exato do professor procurado, pois, na escola onde foi realizado o pré-teste, os professores mudam de série todo o ano; 2) solicitar cerca de duas horas de disponibilidade para entrevistar o professor; 3) solicitar um período para entrevista com o diretor/coordenador pedagógico e visita.

Já na escola, percebeu-se ser imprescindível a explicação, a todos os envolvidos, que a pesquisa trata da escolha do livro didático de Ciências, evitando assim, a dispersão para outras áreas, fato que ocorreu na aplicação do pré-teste.

Uma vez determinadas as duplas e as datas das viagens, iniciaram os contatos com as cidades escolhidas e com as escolas e professores selecionados. A partir de listas de escolas públicas fornecidas pelas prefeituras locais ou obtidas nos *websites* das cidades, as unidades a serem visitadas foram escolhidas segundo critérios já descritos.

Depois de efetivado o contato com a Direção e confirmados o perfil da escola e a vontade em colaborar com a pesquisa, selecionamos os professores a serem entrevistados.

Muitas vezes o acerto de datas e horários era realizado com o próprio docente, promovendo um contato mais pessoal e informal. Poucos se recusavam a participar da pesquisa, e o que se observou foi a vontade de colaborar com algo que serviria para a melhora no ensino de sua cidade.

Ao desembarcar nas cidades, a equipe entrava em contato com as escolas confirmando horários e datas para o trabalho.

Realizamos, em cada uma das escolas, visitas para impressões gerais e de caracterização, entrevistas com diretor e/ou coordenador pedagógico, e entrevista com professor selecionado.

Através de um instrumento (ANEXO 1) levantamos informações censitárias da escola: quantidade de alunos, professores e funcionários, características e qualificação do corpo docente, infra-estrutura, história, envolvimento em projetos públicos, relação com instâncias superiores etc. Ele era preenchido pelos pesquisadores em conversa com o a equipe administrativa e pedagógica da escola (quase sempre diretor e coordenador pedagógico), e durante visita às dependências da escola.

Por se tratar de dados mais objetivos do que os dados levantados no instrumento de pesquisa do professor, outra metodologia foi aplicada para a condução da entrevista com o diretor e o coordenador da escola. Primeiramente, a entrevista foi feita apenas por um dos entrevistadores (o outro pesquisador se mantinha no ambiente em que a entrevista era realizada, mas sem interferir na sua condução), que tinha em mãos o roteiro de perguntas sob a forma de uma tabela (ANEXO 2), preenchida durante a entrevista. Os pesquisadores faziam uma visita autorizada à escola, onde verificavam diversas informações prestadas pelo diretor (ou coordenador). As incongruências verificadas foram todas registradas.

Durante as entrevistas com os professores não foram utilizados gravadores, evitando intimidações e diminuindo a timidez. Toda a entrevista era realizada em um

ambiente escolhido pelo entrevistado, calmo e reservado - na maioria das vezes a sala dos professores era o local escolhido. A entrevista fluía informalmente, de modo que o entrevistado se sentisse em um bate-papo com os pesquisadores. Dessa forma, acreditou-se aumentar a veracidade dos dados obtidos.

As entrevistas foram feitas sempre por dois pesquisadores em conjunto, um que se responsabilizava por conduzir a entrevista e outro que colaborava com essa condução, de forma a garantir que nenhum ponto seja esquecido. Optamos por este método, a triangulação, em que uma dupla de entrevistadores conversa com o entrevistado sem fazer nenhum tipo de anotação. O roteiro e o conteúdo da entrevista eram bem conhecidos dos entrevistadores que pouco precisavam consultá-los.

Os dois entrevistadores estavam de posse do roteiro de entrevistas (ANEXO 3), e faziam as perguntas de acordo com ele, deixando o entrevistado falar à vontade e interrompendo-o o mínimo possível. Somente as informações numéricas eram anotadas pelos entrevistadores, permitindo ao entrevistado falar sem receios.

As perguntas do roteiro foram elaboradas para serem o mais claras e o menos tendenciosas possível. A ordem das perguntas também pretende que os entrevistadores não induzam respostas por parte do professor entrevistado, e que tragam fluência e naturalidade às abordagens. Durante toda a entrevista, os dois pesquisadores prestam o máximo de atenção e após seu encerramento, ambos saem da escola e confeccionam seus relatórios, com as respostas do entrevistado a cada uma das perguntas do roteiro.

O método de triangulação é utilizado para evitar, na medida do possível, a subjetividade das entrevistas: as respostas, dadas pelo professor a cada uma das questões presentes no roteiro, são anotadas individualmente pelos dois entrevistadores após a saída da escola, compondo um relato. Os dois relatos são comparados e os dados coincidentes constarão do relatório final. Nos casos em que houve discordância entre os relatos, por

menor que ela fosse, foi realizado um debate entre os entrevistadores. Caso se tenha chegado a um consenso sobre qual foi realmente a resposta do entrevistado, esse dado passa a compor o relatório final. Caso o consenso não fosse atingido, o dado era descartado. Desta maneira, os registros feitos no relatório final são aqueles entendidos como fiéis à expressão dos entrevistados.

Essa metodologia, entrevistas não registradas e triangulação dos resultados, tem como objetivo conseguir um maior envolvimento dos entrevistados no momento da entrevista, gerando dados mais coincidentes com a realidade e com um menor grau de subjetividade. Além destas vantagens, observamos uma maior motivação nos professores em participar da pesquisa, gerando maior confiança e fidedignidade nos dados coletados.

## 5 - O PROCESSO DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO NAS CIDADES PESQUISADAS – CIÊNCIAS

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

A opção da coordenação da área de Ciências por formar uma equipe local, com integrantes de uma mesma cidade e com disponibilidade de encontros permanentes se fez fundamental no êxito da pesquisa ministerial. A equipe única, capacitada para tal pesquisa, pôde elaborar seus métodos e os instrumentos de trabalho, em frequentes reuniões presenciais. Pôde também realizar uma pré-testagem de seus instrumentos; treinar abordagens e condução de entrevistas; manipular os questionários no momento de transcrição das informações; discutir as informações prestadas na triangulação dos dados. O fato da equipe de campo colaborar não só para a pesquisa ministerial, mas também para este trabalho acadêmico - com seu autor fazendo parte e coordenando a equipe - gerou motivação e empenho extras em sua plena realização.

Ao final do período das pesquisas, as demais áreas (Língua Portuguesa/Alfabetização; Matemática; Geografia/História) não apresentaram seus resultados de maneira organizada e satisfatória para a utilização em análises aprofundadas. A maioria das equipes não obteve respostas aos longos questionários aplicados nas escolas (Batista, 2002a).

Em sua única publicação oficial sobre a pesquisa (MEC, 2002b), o Ministério da Educação faz suas considerações sobre o trabalho feito em todas as áreas. Diz que há um padrão de preferência pelos livros situados nas categorias menos valorizadas pelo PNLD, reconhecendo um *“desacordo entre as escolhas dos docentes e a classificação das obras pela avaliação ministerial, no que diz respeito à definição de um livro de qualidade”*.

A pesquisa em Ciências mostra que os professores entrevistados entendem muito bem que um livro 3 estrelas não é melhor que um livro 1 estrela, no sentido de ter menos

erros ou de formar melhores alunos. O que percebem é a diferença entre os materiais classificados com 1, 2 ou 3 estrelas quanto à sua aplicação em sala de aula. Os entrevistados entendem que um livro 3 estrelas nem sempre é o melhor para seus estudantes, mas que o ideal é o livro que melhor se encaixe a estes alunos e ao professor que o utiliza. O importante é que, mesmo se esta escolha for de um livro classificado como Recomendado com Ressalvas, o processo de avaliação a que foi submetida tal obra garanta que esteja livre de erros e problemas que possam prejudicar o aprendizado.

Se realmente uma obra 3 estrelas tem mais qualidade que uma coleção classificada com 1 estrela, não faria sentido oferecer esta última como opção de escolha aos docentes.

O texto ministerial aponta ainda a necessidade de um aprimoramento da operacionalização do Programa Nacional do Livro Didático, que atualmente dificulta um processo de escolha mais reflexivo e consciente. Acrescenta ainda que escolas que realizam a escolha de forma mais adequada contam com *“professores mais habilitados e em processo de formação continuada, apresenta pouca rotatividade de docentes, (...) nessas escolas notou-se um maior envolvimento de docentes em processos coletivos”*.

Na mesma publicação o MEC assume a necessidade de se reforçar *“uma outra diretriz essencial para o aprimoramento da política de livros didáticos: aquela que diz respeito às ações de orientação aos professores, que são os que escolhem e utilizam os livros”*.

A equipe de pesquisa da área de Ciências estruturou seus resultados em relatórios parciais - feitos após cada viagem -, e em um relatório final com conclusões observadas sobre o processo de escolha do livro didático. As informações mais relevantes a este trabalho de pós-graduação, serão apresentadas a seguir.

### PALMAS / TOCANTINS

Entre as cidades escolhidas para a pesquisa, a capital tocaninense Palmas, foi a primeira a ser visitada. Há relatos de que na cidade os livros didáticos comprados pelo Ministério da Educação ficam guardados em salas com ar condicionado aguardando a devida distribuição, numa aparente demonstração de cuidado com o material.

Os primeiros contatos telefônicos com a capital do Estado de Tocantins aconteceram após detalhada visita ao *website* oficial da cidade. Nas páginas eletrônicas pode se encontrar os telefones da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e dos Esportes da cidade, bem como o número de telefone das Escolas Municipais da capital.

A escolha das escolas em Palmas foi feita, inicialmente, de modo aleatório. Uma vez que a equipe não dispunha de informações e sugestões de escolas que se encaixassem no perfil desejado, os contatos telefônicos se iniciaram a partir da listagem de escolas municipais da cidade. As escolas selecionadas ficam na área residencial da cidade, em sua zona periférica, e têm perfis de infra-estrutura bem diferentes.

Uma delas foi concebida em 1997 já como escola, estruturada e construída para este fim. A outra é uma antiga e provisória creche adaptada às séries iniciais do Ensino



Fundamental. Em ambas a recepção aos pesquisadores foi ótima e as conversas proveitosas.<sup>12</sup>

Os diretores são categóricos em destacar o que interpretam como sendo um dos grandes problemas das escolas e de toda cidade de Palmas: o altíssimo fluxo migratório. Apontam essa como uma das causas da evasão escolar, do desinteresse pelos estudos e da estruturação (ou desestruturação) de muitas famílias. Justificam assim a taxa de evasão escolar de suas unidades de ensino e acrescentam a defasagem série-idade como uma de suas conseqüências. Este é o argumento da Secretaria Municipal de Educação para a escolha unificada de livros didáticos no Estado do Tocantins. Todas as escolas do Estado utilizam os mesmos livros didáticos para evitar problemas de adaptação de alunos - e porque não, de professores - devido às freqüentes mudanças de endereço.

O coordenador pedagógico de uma das escolas não vê problemas nesse processo de escolha e colabora com a idéia de que a escolha unificada é benéfica à cidade, uma vez que torna a educação única e igualitária.

Uma diretora afirma que há influência da Secretaria de Educação na escolha dos livros. Palestras, seminários e oficinas são oferecidas por editoras e pela própria Secretaria, que direcionam as escolhas.

---

<sup>12</sup> Já em Palmas, a equipe de pesquisa foi informada pelo coordenador pedagógico de uma das escolas selecionadas, de que naquele dia a pesquisa não poderia ser realizada porque uma reunião com professores estaria sendo promovida pela Secretaria naquela semana, abordando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Apesar de esse dado ter alterado a programação da equipe, ele expôs a iniciativa da Prefeitura da capital tocantinense em melhor capacitar seu professorado oferecendo cursos de educação continuada.

Ela descreve assim o processo de escolha dos livros didáticos nas escolas públicas em Palmas:

- os professores, individualmente e em suas escolas, analisam amostras de livros didáticos enviados por algumas editoras à escola. Há também palestras com autores e “*pessoal da Secretaria*”;
- os docentes registram suas posições preenchendo um formulário vindo da Secretaria de Educação;
- um ou dois professores de cada série da unidade escolar (escolhidos geralmente pela Direção, a partir de critérios como disponibilidades, liderança e tempo de vínculo com a escola) são encaminhados a uma reunião;
- nesta reunião, os professores são separados em salas de acordo com a série em que lecionam. Debatem opções, com amostras disponíveis. Chegam a um consenso que é direcionado para a Secretaria. Uma vez que várias salas abrigam discussões sobre o título a ser escolhido em cada série, os professores encerram a reunião sem certezas quanto aos títulos selecionados.

A diretora conclui dizendo:

*“A Secretaria quase que impõe escolhas”*

Meses depois, os livros chegam. Realmente ficam estocados em salas refrigeradas, mas não que isso indique cuidado e carinho com as obras. Devido à alta temperatura

durante todo o dia na cidade (que fica no “coração do país”), vive-se constantemente sob ar condicionado <sup>13</sup>.

Muitos dos livros vão diretamente para as escolas e chegam como surpresas aos professores que desconhecem os títulos até a abertura dos pacotes. Já que nem sempre as escolas recebem o número de livros que necessitam, a diretora diz que vai até a Secretaria retirar o número de exemplares necessários. Estes livros, pegos no depósito da Secretaria, nem sempre são os mesmos que a escola recebeu. Assim, nem todos os alunos de uma mesma série da mesma escola usam o mesmo livro didático.

A diretora complementa dizendo que escuta muitas reclamações dos professores em relação ao processo de escolha e ao livro didático em si. Ela comenta que os professores não entendem o processo de escolha, que o julgam inútil. Não concordam em perder dias de aula inteiros para uma discussão improdutiva e impotente. Esse aspecto revela a descrença do professorado na transparência da política pública, seja ela da instância que for. Diminui também o interesse dos professores e sua dedicação à escolha dos títulos que mais os agradam. A diretora conclui especificando a opinião dos professores da escola em relação ao livro de Ciências:

*“(o livro)... é bom. Eles usam bem, mesmo não sendo suas a escolha...”*.

Nas entrevistas com os professores escutou-se a concepção destes profissionais frente ao processo de escolha dos livros.

Uma professora citou como seus principais critérios para a escolha dos livros, a sua adequação com a realidade dos alunos que o utilizarão. Os conteúdos abordados também a influenciam. Com sua experiência de 15 anos em sala de aula, ela entende conhecer os

---

<sup>13</sup> Poucos são os automóveis, estabelecimentos comerciais e residências que não têm sistema de ar-condicionado. No horário em que o sol está mais forte, vê-se poucas pessoas nas ruas, por conta do calor.

interesses dos alunos e procura livros que tenham estes conteúdos em suas páginas. A professora confirma que a escolha - que ocorre através de reuniões com a Secretaria de Educação - é unificada e que no momento da opção nem todos os títulos oferecidos pelo Ministério estavam à disposição nos professores. Ela não vê nisso uma escolha tendenciosa, ou "de cartas marcadas", concordando com o discurso oficial que legitima tal escolha unificada, com o grande fluxo migratório em que um grande percentual de alunos muda de escola durante o ano.

A mesma professora confessa que apenas folheou o *Guia de Livros Didáticos*. Disse que a classificação por estrelas não a influenciou nas escolhas. Exemplifica sua opinião dizendo que

*"(...) muitas vezes um livro 5 estrelas (sic) tem uma realidade totalmente diferente da dos alunos".*

Quanto às resenhas, sua opinião é diferente. Disse que as leu na Secretaria, no momento da escolha, e que foram essenciais na suas decisões. Contraditoriamente, diz que as ressalvas apontadas no *Guia* influenciaram muito suas escolhas. A professora aponta-as como a parte mais importante do *Guia*, e as elogia. Não soube dizer se a caracterização efetiva do livro corresponde à sua descrição no *Guia*. Sugeriu que as novas edições do *Guia* fossem menos volumosas e mais objetivas, talvez divididas em tópicos. Assim, julga que o professor se interessaria mais em consultá-lo, pois, saberia ao certo onde buscar determinada informação, sem ter que para isso folhear o *Guia* inteiro.

Quando questionada sobre o livro adotado/recebido ("*Coleção Vitória Régia*")<sup>14</sup>, ela diz que não a agrada, uma vez que ele

*"não condiz com as necessidades e capacidades de nossos alunos".*

A professora passa a elogiar muito o livro "*De Olho no Futuro*", fazendo-a lembrar que esse foi o título que escolheu, mas que não lhe foi "presenteado". Elogia dizendo que seus textos são claros, curtos e objetivos, que os temas abordados são atuais e interessam os alunos. Acrescenta elogios às ilustrações do livro - que classifica como "*vivas e chamativas*" - avaliando ser muito mais importante para o aluno ver fotografias do que esquemas, desenhos e ilustrações.

Ela avalia os livros de Ciências disponíveis para escolha pelo MEC como bons, e diz

*"todos (os livros) são bons para certos casos".*

Para a professora um bom livro de Ciências tem textos claros e curtos, temas atuais e de interesse dos alunos, muitas fotografias, coloridas em cores vivas. Complementa dizendo que o "*De Olho no Futuro*" é um bom livro, já que agrega todas essas características. Ela detecta erros gramaticais de concordância nos livros didáticos que

---

<sup>14</sup> Nesse ano de 2001 a professora utilizava a "*Coleção Vitória-Régia – Ciências*", de Samuel Ramos Lago e Erica Meirelles Sezerban da Editora IBEP (coleção com uma estrela nos livros de 1ª e 2ª séries e, duas estrelas nos de 3ª e 4ª), apesar da Secretaria ter enviado outro título à escola, o livro "*Caminhos da Ciência – Uma Abordagem Socioconstrutivista*" de Francisco A. de Arruda Sampaio e Aloma F. de Carvalho, também da IBEP. Essa aparente contradição ocorre pelo fato de que, como nem todos os alunos receberam livros (o pedido feito pela escola não foi plenamente atendido), a Direção foi até a Secretaria pedir os exemplares que faltavam. Receberam outro título (*Vitória Régia*), que não o oficialmente adotado pelo município.

utiliza, mas nem sempre os corrige para não desvalorizar o material frente ao aluno. Não nota erros conceituais.

Na outra escola visitada pelos pesquisadores, o diretor nos recomenda a entrevista com um professor do 1º ciclo de Ensino Fundamental, descrevendo-o como um “*professor dedicado e com três anos de casa*”. Chamou-nos a atenção, o fato de um professor - homem - ser encontrado e indicado, visto a dificuldade em se encontrar professores lecionando para as séries iniciais do Ensino Fundamental. Surgiu então, a oportunidade de diversificar a mostra de entrevistados.

Quando questionado sobre a escolha dos livros didáticos, o professor titubeou em alguns pontos, mostrando pouca intimidade com o assunto. Evidenciou que sua participação no processo foi tímida, pouco efetiva. Teve dificuldade em lembrar os títulos escolhidos e utilizados anteriormente. Só após consultar algumas anotações da Direção da escola, e folheando o *Guia*, se lembrou. Prevendo tal dificuldade, os pesquisadores levaram em suas viagens um exemplar do *Guia*, auxiliando e “refrescando” a memória de alguns professores.

O professor descreve como seus principais critérios para a escolha dos livros a serem pedidos ao Ministério da Educação, a adequação do livro à realidade do aluno e a linguagem acessível. Diz que grande parte dos títulos que chegam a ele traz exemplos de realidades diferentes daquela vivida por seus estudantes. Cita que o aluno não se reconhece no livro, não se identifica com a linguagem - textual e visual -, dificultando seu aprendizado. Critica os exemplos que, ao seu ver, divulgam a cultura e costumes das regiões Sul e Sudeste do Brasil e que, muitas vezes, caricaturizam a imagem do nordestino e do morador do sertão <sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Este comentário surgiu também, espontaneamente, em outros professores entrevistados. Não só naqueles moradores das regiões Norte e Nordeste, mas também em profissionais de Santa Maria/RS, que reclamam dos livros que, segundo eles, mostram realidades típicas do eixo Rio de Janeiro - São Paulo.

No processo de escolha dos livros didáticos de 2000 o professor escolheu como primeira opção em Ciências, o livro “*De olho no Futuro*” da Editora Quinteto. Este título foi avaliado como recomendado em suas edições para 1ª e 2ª série e, como recomendado com ressalvas nos volumes para 3ª e 4ª série (MEC, 2000b).

Porém, o livro recebido e adotado pela escola foi “*Caminhos da Ciência – Uma abordagem Socioconstrutivista*” da Editora IBEP. Essa coleção foi avaliada como recomendado com distinção para seus livros de 2ª, 3ª e 4ª séries, e como recomendado para o volume de 1ª série. É a coleção melhor avaliada no PNLD 2000/2001.

No entanto esse também não era o livro escolhido pelo professor como 2ª opção. Esse fato causou um descontentamento e desconfiança muito grande nos professores da unidade. O docente questiona o processo de escolha, minimizando sua importância visto que é grande a chance de nenhuma de suas opções chegarem à escola.

Quando se aproxima o período de escolha dos livros didáticos, algumas editoras enviam seus exemplares para a escola. O professor destaca duas editoras - Ática e IBEP - como as mais presentes e dedicadas à divulgação. Uma delas, complementa o professor sem identificá-la, oferece cursos na escola de como utilizar o seu livro em sala de aula.

O professor deixou claro também a grande influência da SEMEC (Secretaria Municipal de Educação, Cultura e dos Esportes) na escolha dos livros, e passa a descrever o processo de escolha das obras.

As atividades de escolha são concentradas em um único dia, conhecido com o “*dia D*” do livro didático. Nesse dia o *Guia de Livros Didáticos* do MEC bem como os livros cedidos por algumas editoras privilegiadas, estavam disponíveis. Os professores, de posse dos livros, se reuniram em salas, discutiram e escolheram aqueles que mais os agradam. De cada uma das salas resulta uma lista dos livros escolhidos. Os resultados de cada sala são colocados em uma tabela, a fim de que se escolha um único livro para cada

série e disciplina. Ao final do processo e sem a presença dos professores, “alguém” computa as escolhas, concluindo quais títulos serão pedidos ao Ministério.

O *Guia de Livros Didáticos* do Ministério estava disponível na escola, mas apenas em um exemplar que chegou poucos dias antes da escolha. O docente disse ter lido e utilizado o *Guia* para suas escolhas, disse também ter lido suas resenhas que, no entanto, não foram fundamentais para a sua escolha. Segundo o professor as ressalvas apontadas não influenciaram a escolha e o número de estrelas que um livro possui não é significativo (ele nem sabia ao certo o número de estrelas dos livros que escolheu). Durante a conversa, percebeu-se que o professor tinha conhecimento mais não tinha muita familiaridade com o *Guia*, reflexo de uma sub-utilização do material.

O professor, entretanto, criticou o *Guia*. Em sua opinião - ressaltou que essa também é a opinião de outros professores -, as resenhas pareciam ter sido escritas por profissionais da região Sul do país, estando assim seus comentários, distantes da realidade das demais regiões brasileiras. Nesse momento, uma professora que estava na mesma sala e que até então se mantinha afastada da conversa, pediu licença para intervir. Ressaltou o aspecto da incompatibilidade de termos, significados e valores nos livros didáticos. Poucos trazem aos estudantes nordestinos, o retrato de seu ambiente, de sua sociedade. Afirmou que grande parte dos livros faz uma caricatura do nordestino, muitas vezes pejorativa. O ambiente de cerrado descrito e retratado em imagens, pouco condiz com o cerrado que ocorre nessa parte do Brasil central, desmotivando o aluno ao deslocá-lo.

Disse que sentiu falta de uma introdução e de instruções de como utilizar o *Guia*. Uma sugestão dela é que o *Guia* traga informações de como utilizar os livros avaliados. Julga isso como essencial na sua escolha, refletindo um pouco da apatia e a acomodação de um professor desmotivado.



De maneira geral o professor ouvido não gosta do livro adotado e não ficou satisfeito com a mudança do título, na sua opinião o livro “*Caminhos da Ciência – Uma abordagem Socioconstrutivista*” não possui o conteúdo adequado às diretrizes curriculares estabelecidas pela SEMEC, tendo que sempre que ser adequado à série e aos conteúdos exigidos pela própria SEMEC, através de complementação e supressão de conteúdos. A Secretaria impõe normas de planejamento para todas as escolas municipais.

Para o professor, um bom livro de Ciências deve ter uma linguagem adequada e textos simples condizentes às características dos alunos. Durante a entrevista ele fez comentários ao livro escolhido inicialmente - “*De olho no futuro*” - diz ser um livro muito bom e adequado às características de seus alunos, com experimentos simples fáceis de serem realizados (utilizando materiais simples), conteúdos científicos contextualizados e objetivos. Algumas vezes ele utiliza esse livro para complementar as suas aulas.

Na necessidade de se melhor conhecer a postura da SEMEC no que tange o processo de escolha do livro didático na cidade, a equipe conversou com a funcionária da Secretaria responsável por essa questão.

Ela confirma que a escolha é unificada no nível do município e do Estado e que, em geral, há concordância nos títulos. A exceção, no PNLD 2000/2001, ficou por conta de Português, em que Estado e município escolheram títulos diferentes. Diz que a escolha tem que ser unificada, porque se assim não fosse, ficaria muito distante da realidade do município. A funcionária fez questão de frisar que essa escolha unificada não foi uma imposição do Estado ou do município, mas uma necessidade e uma solicitação dos professores, discurso que se choca com o dos professores, quando analisamos a fala destes. Ela assume que nem todas as escolas recebem o *Guia* em tempo hábil para sua devida apreciação, fazendo com que muitos professores só leiam o *Guia* no “*dia D*”, o que não é produtivo.

Por outro lado, segundo ela, um ponto muito positivo é que todos os professores, ao fazerem a escolha, fazem-na com os livros em mãos, cedidos pelas próprias editoras, que se encarregam de distribuir os livros em todas as escolas do Estado. Ao ser questionada sobre a influência desta prática na decisão dos professores, e perguntada se editoras menores também forneciam os exemplares às escolas, ela não soube responder, mas afirmou que “*provavelmente sim*”.

Os diretores, isoladamente e cientes da decisão tomada no “*dia D*”, preenchem os formulários e o repassam para a Secretaria juntamente com suas senhas intransferíveis de acesso ao PNLD - fornecidas pelo Ministério. A Secretaria procede ao envio *on line* dos pedidos ao FNDE.

Em 30 de julho de 2003, o FNDE anulou o processo de seleção de livros didáticos do PNLD 2004 no Tocantins depois de constatada a unificação da escolha do livro didático no Estado - confirmando as informações coletadas nesta pesquisa. Diferentemente do que aconteceu nos demais Estados e no Distrito Federal, verificou-se ali uma concentração superior a 90%, por livro ou editora, na seleção por disciplinas. Segundo o secretário da Educação do Tocantins Daniel Rodrigues em carta encaminhada ao Fundo (e publicada no *website* do FNDE <sup>16</sup>), essa política seria democrática, por envolver discussões entre representantes das redes estadual e municipal de ensino, “*no âmbito dos encontros mensais da Formação Continuada de Professores, que ocorrem em 137 municípios do Estado*”. Afirmou ainda que a proposta, em vigor desde 2001, teria contado com o apoio SEF.

O presidente do FNDE, Hermes de Paula, e a diretora do Departamento de Política Educacional da Secretaria do Ensino Fundamental do MEC, Lúcia Lodi, esclareceram que o fato de a prática de direcionamento do livro didático vigorar há três anos no Tocantins

---

<sup>16</sup> “Política De Unificação da escolha do livro didático contrariou determinações da Secretaria do Ensino Fundamental” - [http://www.fn.de.gov.br/noticias/releases/release\\_07312003.html](http://www.fn.de.gov.br/noticias/releases/release_07312003.html)

não a torna aceitável. E que é por ferir as normas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a Lei 8.666/93 (de licitações), que essa política precisa ser imediatamente descontinuada. Ainda segundo notícia veiculada no *website* do FNDE: “Ficou evidente, assim, que os professores foram levados a escolher as obras de apenas quatro editoras, contrariando o espírito e as normas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e ferindo o dispositivo da Lei 8.666/93, que permite a inexigibilidade de licitação na aquisição do livro didático pelo FNDE”.

De acordo com Hermes de Paula, a nova seleção dos livros didáticos será feita em Tocantins para corrigir uma irregularidade e preservar o principal valor do Programa, que é a possibilidade de cada escola escolher as obras didáticas de acordo com o seu próprio programa pedagógico. *‘Na escolha do livro didático, a autoridade é o professor’*, afirmou Hermes. Explicou ainda que a contratação por inexigibilidade só é possível porque a escolha dos livros, dentre uma grande variabilidade de títulos, é feita de maneira autônoma pelos professores e diretores das escolas, e o direito patrimonial das obras é cedido pelos autores às editoras para comercialização exclusiva. Nesse caso específico, se uma autoridade pública direciona a escolha de determinadas obras, em detrimento de outras, fere direitos das editoras preteridas.

## BELÉM / PARÁ

Os primeiros contatos explicando os objetivos principais e as fases da pesquisa foram efetuados a partir de uma lista de escolas enviada pela Secretaria de Educação de Belém, via *fax*. Desta lista, duas escolas foram escolhidas por contemplar as exigências que a pesquisa requer.

Ambas estão localizadas em bairros periféricos de população carente. Uma delas encontra-se em uma movimentada avenida, com muito comércio, enquanto a outra está em meio à ruas de terra de uso residencial. Um dos aspectos que as une é a obediência ao Projeto Pedagógico do município.

O Projeto Pedagógico das escolas é pautado no projeto da Secretaria Municipal de Educação conhecido como “*Escola Cabana*”. Esse projeto foi escrito com a participação de professores, diretores e coordenadores pedagógicos de todas as escolas municipais da cidade de Belém, o que cria um forte vínculo entre seu texto e sua aplicação em sala de aula. A *Escola Cabana*:

*“(...) concebe a escola enquanto espaço cultural, irradiador e valorizador da cultura popular, para consolidar a instituição escola como Escola Pública Popular. Escola onde a qualidade social da educação deve ser construída diariamente no seu cotidiano e com a participação de todos. Qualidade que não deve ser medida apenas pela quantidade dos conteúdos transmitidos e acumulados, mas e principalmente, pelos significados que representam para os diferentes grupos/classes sociais que dão vida à escola”.*<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> “Escola Cabana: Construindo uma Educação Democrática e Popular”. 1999. Cadernos de Educação no. 1, Secretaria Municipal de Educação, Belém, PA.

Dentro desse projeto maior, uma das principais preocupações do projeto pedagógico das escolas pesquisadas é o trabalho voltado para a formação humanística. Essa preocupação se reflete em muitos momentos, até mesmo na escolha do livro didático, uma vez que os professores procuram escolher livros que se adaptem às propostas presentes no projeto.

Cada escola recebe um exemplar do *Guia dos Livros Didáticos* de 1ª a 4ª séries, publicado pelo MEC. Uma das diretoras informou que o *Guia* fica disponível para os professores que desejarem consultá-lo na sala de leitura, informação confirmada pela equipe de pesquisadores durante a visita à escola. Informou também que os professores utilizaram o *Guia* após seu recebimento apenas para verificar se a sua escolha poderia ou não ser feita pelo PNLD, utilizando o *Guia* como uma lista de livros.

A escolha do livro didático pelos professores da escola foi realizada através da análise das amostras enviadas pelas editoras. Dessa forma, embora esteja disponível no momento da escolha, pode-se dizer que o *Guia* não foi utilizado pelos professores para a escolha do livro didático. Segundo a diretora, para a decisão de que livro didático solicitar, os grupos de professores se basearam no Projeto Político Pedagógico da escola e na realidade dos alunos. Todas essas informações coincidem com aquelas prestadas pelos professores entrevistados posteriormente.

Quanto ao processo de escolha dos livros didáticos, a mesma diretora disse que não há influência de nenhum órgão ou instância superior, mas que as editoras de livros - apenas durante a época da escolha - costumam procurar a escola para ministrar palestras em que seus livros são apresentados aos professores.

A diretora acha que as políticas públicas do MEC relativas ao livro didático são ações distantes dos problemas reais das escolas, sendo sempre tomadas sem consultá-las e sem a participação dos professores na construção dos programas. Isso faz com que essas

políticas sejam muito centradas no Sul e no Sudeste, não abrangendo as diversidades locais. Também fez uma crítica com relação às informações e materiais que sempre chegam “*em cima da hora*”.

Os critérios que os professores entrevistados utilizam para a escolha de um livro didático são, em geral e nessa ordem: 1) adequação dos conteúdos ao projeto pedagógico da escola; 2) adequação dos textos para o nível dos alunos; 3) presença de atividades interessantes para serem realizadas em sala de aula e em casa (experimentos, pesquisas ou outros); 4) a existência de figuras elucidativas, que auxiliem na explicação dos conteúdos para a classe, e 5) a abordagem de assuntos atuais.

Nenhuma das escolas recebeu o título de Ciências escolhido como 1ª opção pelos professores.

A escolha do livro didático de Ciências é feita apenas pelos professores, sem a influência direta de outra instituição ou de editoras. Ocorre a partir de reuniões dos professores de cada uma das séries. Nessas reuniões os professores examinam os livros trazidos pelas editoras e que estão presentes na sala dos professores e discutem a sua adequação ao projeto político-pedagógico da escola e aos alunos. Em seguida cada professor, sem nenhuma consulta ao *Guia*, vota no título que achava mais adequado e a soma dos votos resulta nos livros pedidos como primeira e segunda opção. Essa última etapa aconteceu dois dias antes do prazo final do pedido de livros para o MEC.

Ao ser questionada sobre a pressão exercida pelas editoras, uma das professoras entrevistadas nos informou que é comum o oferecimento de brindes (chaveiros, bonés etc.), mas que os professores não se importam com os mesmos. Essa informação parece plausível, principalmente quando analisamos o pedido de livro de Ciências realizado pela escola para o ano de 2000, composto por livros de três editoras diferentes.

Os professores denunciam que algumas editoras confeccionam os seus catálogos utilizando o mesmo tipo de classificação que o MEC (em estrelas), e dizem que o número de estrelas desse catálogo das editoras (que é consultado no momento da escolha) faz diferença no momento da escolha. Questionam ainda:

*“Não sabemos se as editoras colocam em seus catálogos o número de estrelas que o MEC determinou em sua avaliação ou se fazem as suas próprias avaliações e colocam nos livros o número de estrelas que lhes convier”.*

#### PETROLINA / PERNAMBUCO

A equipe de pesquisa já tinha alguns contatos com pesquisadores da cidade de Petrolina, e assim solicitou por e-mail indicações de escolas com as características já mencionadas.

A primeira escola visitada é estadual e está localizada em um bairro com comércio bem desenvolvido e seus alunos provenientes de uma classe social carente. A segunda escola visitada é municipal e fica localizada bem distante do centro de Petrolina.

Na primeira escola um aspecto que chamou a atenção foi a presença de salas com grades em suas janelas internas, que dão para o pátio. Durante a visita, verificamos que estas são salas de educação especial, e que seus alunos - excepcionais de todas as idades e graus de retardo - convivem naturalmente com alunos de outras salas da unidade. Dois pontos mostram algumas dificuldades enfrentadas pelos professores: a precária iluminação das salas (natural e artificial) e a constante presença de alunos de outras classes interrompendo a aula, já que as salas não têm portas.

A diretora mostrou ter um papel meramente administrativo na escola, não influenciando nas respostas das coordenadoras por desconhecer alguns dos assuntos de viés pedagógico. Segundo estas, que participam de treinamentos oferecidos pela Secretaria, o projeto pedagógico e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) têm sido discutidos com os professores, assim como o *Guia de Livros Didáticos*. Diferentemente do *Guia*, os exemplares dos livros didáticos enviados pelas editoras para a escola chegam antecipadamente. Todos esses materiais ficam disponíveis na sala da Coordenadoria. Durante a escolha, os professores consultam os materiais para depois discutirem entre si.

Na região de Petrolina, a escolha é comum para todas as escolas. Assim, depois da escolha por série, a diretora da escola leva a decisão para um grupo maior que chega ao nome de um único livro por série.

A segunda escola visitada na cidade é um CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente<sup>18</sup>. A escola - que tem mais de 1000 alunos - possui um acordo com a Secretaria e “hospeda” classes de 5a a 8a séries, que têm Direção própria e independente. A escola também abriga um núcleo de informática, que além de ter capacitado os professores para o uso de computadores, fica à disposição para atividades extraclasse.

A diretora atua como administradora e coordenadora pedagógica, já que a escola ainda não possui alguém com exclusividade para esta última função. Por trabalhar como diretora há apenas um ano, as informações sobre o PNLD não foram muito precisas. No processo que ela participou na escola, o *Guia* chegou praticamente no dia da escolha. Isso só contribuiu para a não utilização do mesmo, sendo que o que mais importa, segundo a própria diretora, é o manuseio de exemplares enviados pelas editoras.

---

<sup>18</sup> Os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC, foram criados como CIAC (Centro Integrado de Atenção à Criança) no Governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) e renomeados por Itamar Franco (1992-1994) com o intuito de unir estudos (inclusive profissionalizantes), cultura e lazer.



Ela disse que palestras são oferecidas pela Secretaria da Educação para auxiliar na escolha do livro, mas não apresentou maiores informações das mesmas, não ficando evidenciada sua participação.

Como já foi mencionado a escolha na cidade é unificada. Enquanto na primeira escola as coordenadoras disseram que os professores gostam dos livros utilizados, a diretora desta segunda escola disse que, segundo os professores, os livros não condizem com a realidade dos alunos. Esse comentário foi bem recorrente no discurso dos professores.

Uma das professoras entrevistadas fez um desabafo quando questionada sobre o que deveria ser um livro bom. Na opinião dela, os livros utilizados por escolas particulares eram bem melhores, tendo, inclusive, cadernos de exercícios separados.

Um ponto importante segundo esta professora, é o tamanho dos textos: *“é muito chato para os alunos abrir um livro e só achar texto e mais texto”*.

Durante o processo de escolha, os livros enviados pelas editoras ficavam disponíveis na biblioteca da escola. Lá os professores se reúnem em torno de uma mesa com os livros de sua série e os folheiam, discutindo entre si qual seria o melhor livro (1ª e 2ª opção). Feitas as escolhas, passam-nas para a Direção da escola.

As professoras entrevistadas não sabiam o que acontecia depois disso.

Elas não lembram dos livros escolhidos como 1ª e como 2ª opção. A justificativa vem do fato da constante mudança de série que trabalham. A escolha é para o ano que está trabalhando, mas quando receber o livro, já está com outra série, não conseguindo comparar o livro atual com o anterior utilizado. Não se tratava do esquecimento simplesmente do nome, mas não conseguiam fazer nenhuma referência aos livros.

Isso aponta uma relação não muito grande do professor com o livro utilizado/escolhido, ou um reflexo da quantidade de livros analisados e utilizados.

Em geral as professoras dizem não ter conhecimento sobre o *Guia*, ou não serem estimuladas a seu uso. Ao mostrarmos um exemplar, algumas confirmaram não conhecer o *Guia de Livros Didáticos*. Perguntou-se a uma delas se já havia ouvido falar sobre a classificação em estrelas, sendo a resposta positiva, mas relacionada à propaganda feita pelas editoras:

*“Sim, alguns livros vem com estrelas na capa dizendo que foram aprovados pelo MEC”.*

Algumas editoras se valem da classificação do livro no PNLD para valorizar suas obras, exibindo na capa dos livros a quantidade de estrelas ou a menção dada pela avaliação ministerial. Outras, num claro desrespeito aos docentes, estampam nas capas de seus livros (normalmente aqueles classificados com uma estrela) frases do tipo “Avaliado pelo MEC”, como se fosse possível um livro estar nas salas de aula de escolas públicas brasileiras sem ter sido avaliado pelo PNLD. Existem ainda as editoras que mostram estrelas nas capas de seus livros, mas estrelas meramente ilustrativas sem nenhuma referência à classificação da obra no PNLD. Algumas, apostando na ignorância e desinformação, chegam a ter dezenas de estrelas rodeando a palavra PNLD.

É interessante observar que, ao comentar sobre a relevância do número de estrelas, uma das professoras entrevistadas no Pernambuco disse:

*“... o livro pode até ser cinco (sic) estrelas e não ser bom!”.*

Na cidade gaúcha foram selecionadas duas escolas, que tinham o perfil esperado e demonstraram grande interesse e disposição para a realização da pesquisa. Ambas são estaduais e localizadas na região central da cidade sendo a primeira delas freqüentada por alunos carentes, e a segunda por estudantes de classe média.

De acordo com o diretor da primeira escola, a unidade possui um projeto pedagógico em construção, baseado na proposta do Estado de reformulação dos projetos pedagógicos das escolas estaduais conhecido como PCR (Parâmetro Referencial de Currículo). O projeto pedagógico está sendo elaborado pela Direção, coordenadores pedagógicos, professores e pela comunidade.

O diretor conhece o *Guia de Livros Didáticos* do MEC, que é consultado para o processo de escolha. O diretor disse ter conhecimento da maior parte das resenhas encontradas no *Guia*, e tem muitas críticas a essas. De acordo com ele, as resenhas expressam a opinião de poucas pessoas, não sendo representativas da opinião de todos. Entende que as resenhas não refletem exatamente como o livro é.

O processo de escolha é realizado somente por membros da escola, e os professores são assessorados pelo coordenador pedagógico. O *Guia* é usado somente nos momentos próximos à data de escolha. Em alguns casos, como na escolha do livro de Matemática, o diretor disse que a escolha foi influenciada pela palestra ministrada na cidade pelo autor do livro para a divulgação. É comum a ocorrência de palestras organizadas pelas editoras com os autores de livros didáticos, tanto de Ensino

Fundamental como Médio, com o objetivo de divulgar os livros <sup>19</sup>. Em geral, os professores gostam e são influenciados por essas atividades.

Este diretor possui uma postura muito crítica ao Programa Nacional do Livro Didático: acha a proposta interessante, mas discorda de alguns aspectos do programa. Não concorda, por exemplo, com o formato do *Guia* e sugere que ele seja dividido em blocos, por série. Não concorda também que sejam obrigados a adotar coleções completas. Ele acha o *Guia* pouco didático.

Já a diretora da segunda escola, embora tenha dito que conhece o *Guia de Livros Didáticos*, percebemos que ela teve pouco contato com o material. Segundo ela, o *Guia* é utilizado somente na véspera da escolha, principalmente pelo coordenador pedagógico e pelos professores. Ela não tem conhecimento das resenhas apresentadas no *Guia*. O coordenador pedagógico discute com os professores durante a escolha do livro e quem escolhe realmente o livro é a equipe de professores.

Nessa mesma escola o principal critério utilizado pela professora entrevistada para a escolha do livro didático, é a adequação dos conteúdos do livro a ser adotado aos conteúdos previstos pela escola e pela Secretaria Estadual da Educação (PRC -Parâmetro Referencial de Currículo).

O processo de escolha para o livro didático de Ciências em 2000 ocorreu através de análise pelos professores dos exemplares disponíveis na escola, doados pelas editoras. Depois da escolha, o livro foi apresentado à supervisora, para sua aprovação.

Observamos que pelo fato da professora ser antiga na escola e já ter ocupado cargos como a Direção e Coordenação Pedagógica, há um respeito muito grande à sua opinião na escolha do livro didático, a sua opinião prevalece.

---

<sup>19</sup> Houve, no entanto, quem questionasse se os palestrantes são mesmo os autores das obras uma vez que, a demanda por tais palestras em determinadas épocas do ano é imensa. Bizzo (2000) questiona a identidade das pessoas que se apresentam nas escolas como autores, autografando livros de professores de Norte a Sul do país.

A professora disse ter conhecimento e ter lido o *Guia de Livros Didáticos*, no entanto, não o utilizou efetivamente durante o processo de escolha. Algumas vezes utilizou-o somente para a confirmação do pedido, de acordo com a professora o *Guia* foi utilizado para saber se o livro estaria ou não na “*lista do MEC*”.

Ela falou explicitamente que não se importa com a classificação do *Guia* e que os demais conteúdos do *Guia* (descrições, resenhas e recomendações) foram indiferentes na escolha do livro didático de Ciências.

#### CAMPOS DOS GOYTACAZES / RIO DE JANEIRO

A escolha das escolas partiu de uma lista fornecida pela Secretaria de Educação de Campos de Goytacazes. Dentre as escolas listadas, duas delas foram contatadas e tinham em seu quadro de funcionários, professores que correspondem aos critérios estabelecidos pela equipe de pesquisa.

Uma das escolas (construída sob um modelo escolar implementado décadas atrás pelo Governo Estadual do Rio de Janeiro, os CIEP's<sup>20</sup>), conta com grande estrutura que inclui centro médico; biblioteca; residência para alunos carentes; café da manhã, almoço e jantar, oferecidos no refeitório para todos os alunos e compartilhados pelos professores e funcionários. A outra escola visitada fica numa região mais central da cidade, tem como frequentadores alunos de diversas classes sociais, e é conhecida como sendo uma escola de boa formação<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> CIEP – Centro Integrado de Educação Pública, criados por Leonel Brizola em seu governo estadual no Rio de Janeiro (1983-1987). Com concepções arquitetônicas de Oscar Niemayer e projeto pedagógico de Darcy Ribeiro, pretendiam integrar arte, cultura e esportes no ambiente escolar.

<sup>21</sup> Até metade do mês de agosto de 2001, esta segunda escola visitada, era vinculada à Secretaria da Educação do Estado do Rio de Janeiro, oferecendo à comunidade Ensino Infantil, Fundamental (de 1ª a 8ª séries) e Curso Normal/Magistério. A partir de 15 de agosto de 2001, a escola passou a ser vinculada à

O projeto pedagógico da primeira escola é elaborado visando aumentar a auto-estima dos alunos, baseando-se em preceitos construtivistas.

O livro didático é escolhido pelos professores de acordo com o projeto pedagógico, adequando à realidade dos alunos. O *Guia de Livros Didáticos* do MEC é consultado, mas não se consideram as estrelas. O mais importante na escolha é a experiência do professor e o seu conhecimento sobre os livros didáticos.

Para escolher um livro didático, a professora entrevistada utiliza os seguintes critérios: presença de textos com linguagem clara e adequada à realidade dos alunos, de atividades bem elaboradas e as ressalvas nas resenhas do *Guia de Livros Didáticos* do MEC.

Segundo ela, a escolha do livro didático foi feita de forma gradual, durante as horas de planejamento (1 hora e 45 minutos por dia), no decorrer de uma semana. Nesse período, os professores de cada série se reuniram na sala dos professores e, de posse do *Guia de Livros Didáticos* do MEC e de exemplares dos livros didáticos enviados pelas editoras, selecionaram individualmente dois títulos para sua série. No fim dessa semana, houve a suspensão das aulas, por um dia, para a discussão dos títulos e votação dos livros mais escolhidos, que foram os pedidos ao MEC.

A professora nos informou que o *Guia* do MEC é enviado pela Coordenadoria de Educação do município via Correios e que só fica disponível para os professores na semana da escolha do livro didático. Tanto ela quanto os outros professores utilizaram o *Guia* para a escolha. Para ela, as ressalvas foram diferenciais para o desempate entre alguns livros que havia escolhido individualmente e tanto as resenhas quanto o número de estrelas, muitas vezes, não revelam a real qualidade do livro.

---

Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, tornando-se Instituto Superior de Ensino (FAETEC) e oferecendo Ensino Infantil (alfabetização, 2º, 3º e 4º períodos), Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries e Curso Normal Superior.

Na segunda escola, o processo de escolha é diferente. A unidade recebe catálogos e amostras de editoras. Estes catálogos são publicações chamadas “*Guia de Livros Didáticos*” que trazem os livros de determinada editora que foram analisados pelo MEC. Nesse catálogo fica omitida a classificação das obras, dizendo-se apenas que foram aprovadas. Os professores se valem deste material para a escolha, pois é muito mais prático de ser utilizado e contém as informações estritamente necessárias à docência.

Tão ágil quanto a distribuição destes catálogos, é o seu recolhimento. Nenhuma das escolas visitadas tinham o catálogo. Além dos livros disponíveis na escola, os professores também recebem livros de várias editoras em suas residências permitindo assim, um contato maior com outros títulos.

Nesta escola, a escolha, depois de discutida e concluída entre os professores e coordenadores, é encaminhada ao Ministério. No entanto o uso das obras é relativo.

A escola cobra de seus alunos uma taxa anual de material (R\$ 19,90 em 2001) e compra com estes recursos os livros didáticos que julga melhor. Compram os chamados ‘livros integrados’ (que englobam todas as disciplinas curriculares) que não são avaliados pelo Programa Nacional. Os livros vindos via PNLD servem de consulta, disponíveis na biblioteca da escola.

Segundo a professora entrevistada, o livro adquirido pelos estudantes serve como base para o estudo, e seus usuários não apresentam dificuldades na compreensão de seu conteúdo. Entretanto, ela o considera muito fraco e superficial, e sente a necessidade de complementar suas aulas com atividades e textos de outros livros didáticos, artigos de revistas e jornais, e enciclopédias.

Um ponto interessante na administração pedagógica da cidade de Campos dos Goytacazes é a avaliação que a Prefeitura - em conjunto com o governo estadual - faz de suas escolas. As escolas são avaliadas no decorrer do ano, sob vários aspectos entre eles o

desempenho de seus alunos. Essa avaliação resulta num ranking público e, os profissionais das escolas mais bem graduadas recebem um bônus em seus contra-cheques. A avaliação - realizada pela Cesgranrio - é muito mais estimulante aos professores que o programa ministerial e estes, escolhem seu material pedagógico visando uma melhoria na classificação da unidade <sup>22</sup>.

### SÃO PAULO / SÃO PAULO

Em São Paulo a pesquisa foi realizada - como estágio - por alunas que cursavam a disciplina “Metodologia do Ensino de Ciências” (EDM-329) do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, que visitaram duas escolas paulistanas em 2002.

A condução da pesquisa seguiu os mesmos padrões realizados nas demais cidades. As alunas foram orientadas pelo autor deste trabalho, selecionaram duas escolas de ensino público para a visita, bem como professores de perfis próximos àqueles desejados.

A primeira escola é de gestão municipal está afastada do centro de São Paulo, enquanto a segunda localiza-se na região central da cidade e é reconhecidamente uma “boa escola”.

A professora entrevistada na escola periférica atesta que seus alunos estudam com o livro didático de Ciências escolhido como primeira opção pela equipe de professores.

---

<sup>22</sup> A Cesgranrio realiza em Campos e em outras cidades fluminenses uma avaliação dentro do Programa Nova Escola do Governo Estadual do Rio de Janeiro. As equipes de Direção e Coordenação de uma escola visitada na cidade informaram que a Fundação realiza uma “*Avaliação Externa da Gestão Escolar*” em que as escolas do município são avaliadas e classificadas em um ranking. Dentro deste ranking existem cinco faixas de benefícios, que vão desde equipamentos para a escola, à bonificação salarial aos professores e funcionários. Assim, existe uma competição entre as escolas em busca de uma melhor classificação, que interfere diretamente na contratação de professores (valoriza-se o profissional com melhor desempenho na avaliação Cesgranrio), na aceitação de matrículas (prefere-se alunos não repetentes, com bom histórico escolar ou com boas perspectivas) e na cobrança aos alunos.



Apesar de não ter participado diretamente da escolha dos livros de Ciências - ficou responsável pela seleção em Matemática - ela diz que as opções partiram exclusivamente dos professores que, com o auxílio discreto da coordenadora pedagógica, enviaram seus pedidos ao governo. A professora legitima a escolha.

No entanto, se mostra decepcionada com a obra de Ciências que, segundo ela:

*“... os alunos acham o livro fraco. Não aborda alguns temas interessantes”.*

Outro ponto de descontentamento da professora com o livro é a incompatibilidade dele com as condições de ensino da escola. O livro tem poucos textos e cobra muita pesquisa, de alunos e professores, difíceis de serem realizadas pela precariedade da biblioteca escolar:

*“Eles não têm como pesquisar em casa. Na biblioteca tem um ou dois livros, só!”.*

A segunda escola pesquisada é de responsabilidade estadual, e é uma escola tradicional na região, localizada em uma grande avenida paulistana. Tem boa estrutura e recursos pedagógicos bem superiores à escola municipal visitada.

A professora entrevistada leciona há 16 anos nesta escola e descreve o processo de escolha como a outra docente de São Paulo. Uma reunião de professores, nas vésperas do envio do pedido, concretiza as opções. Ela diz que nem sempre as primeiras escolhas são recebidas. Quem efetua os pedidos é a equipe de Direção e Coordenação. Novamente o que se observou foi uma liderança dos professores mais experientes - e antigos na escola - no momento da seleção de títulos.

Em 2002 só recebeu livros de Português e o título de Ciências que seus estudantes utilizam foi enviado à escola em 2000. Denuncia que o número de livros que a escola recebe é inferior à quantidade de alunos, tendo que distribuir livros diferentes a alunos de uma mesma sala, dificultando seu trabalho. Há um revezamento de livros entre os professores para que todos trabalhem com eles em sala de aula. Diz também que o número de Manuais do Professor enviados não é suficiente, tendo os docentes que fazer cópias para tê-los em seu dia-a-dia.

Ela se mostrou pouco satisfeita com o título de Ciências que recebeu, deixando clara sua preferência por um outro título:

*“O atual não está adequado para este tipo de clientela apesar de ser muito bom. A realidade dele está meio longe, acaba se perdendo e não tem o conteúdo certo para 4ª série. O livro ‘x’ –seu preferido - é bem tradicional, mas é mais completo”.*

O que se observou foi a generalizada ignorância dos momentos do processo de escolha depois que a decisão pelos títulos é tomada. Professores e mesmo coordenadores pedagógicos não sabem o que acontece com o pedido enviado à Secretaria da Educação, desconhecem quem compra e envia os livros.

Vale aqui lembrar as limitações impostas à pesquisa na região Sudeste, já que os Estados de São Paulo e Minas Gerais decidiram operacionalizar os processos de escolha e compra de livros didáticos, por si sós, independente do Ministério <sup>23</sup>. Os dois Estados realizam avaliações paralelas dos livros didáticos, com critérios muitas vezes diferentes daqueles da análise do Ministério. Em abril de 2000, Bizzo (2000) denunciava a decisão de uma editora em desistir de inscrever suas obras no PNLD do MEC - cujo risco de

---

<sup>23</sup> Minas Gerais passou a integrar o processo centralizado do MEC em 2001 enquanto São Paulo mantém para si o controle de suas aquisições.

serem reprovadas era grande - em nome de inscrevê-las no processo de avaliação de São Paulo e Minas Gerais, dado a certeza de ter seus livros aprovados em tais análises.

Com isto, segundo o autor, os alunos destes Estados “*terão que ‘estudar’ esses erros (os mais freqüentes e grosseiros, apontados pelo autor no artigo) durante todo ano de 2000 e, nos casos onde o livro ainda não tiver completado três anos de uso, durante o ano de 2001*”. O autor complementa dizendo que nestes Estados, compram-se estoques “encalhados” de livros não aprovados para a compra ministerial, tornado as obras utilizadas por alunos paulistas e mineiros piores do que aquelas em que estudam os demais alunos brasileiros.

## 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados promovem diversas análises e possibilitam ricas discussões a respeito do processo de escolha dos livros didáticos, do que é privilegiado pelos professores no momento da escolha, das interferências impostas ao processo, das relações entre tal processo com fatores estruturais e extra-escolares, com o perfil dos docentes e características próprias do corpo docente. Coopera também na análise do Programa Nacional do Livro Didático, e no traçar de suas perspectivas.

### QUANTO AO PROCESSO DE ESCOLHA E USO DO *GUIA*

A pesquisa apresenta muitas sugestões para tornar o PNLD e seu *Guia* mais atraentes e úteis aos professores. Indica, sobretudo que os professores não escolhem um livro apenas pela leitura de uma resenha ou pela indicação de um colega. Desejam manusear o volume, verificar eles próprios as atividades propostas, sentir o grau de dificuldade dos textos e exercícios, ver as figuras, sugestões de avaliação, e subsídios à preparação das aulas. Querem analisar eles mesmos os itens avaliados no PNLD, além de outros pontos que julgam importantes.

O fato de ter os livros nas mãos e poder folheá-los, segundo os professores entrevistados, facilita e é decisivo no momento de se escolher. Dessa maneira, as opções de escolha ficam, na maioria das vezes, restritas àqueles livros que os docentes têm contato direto.

Batista (2002a), utilizando os dados coletados pela pesquisa nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, confirma esta preferência por livros que se pode manusear. O autor aponta também que apenas 32.88% dos professores afirmaram que utilizaram o *Guia*

como instrumento de escolha dos livros que adotariam em 2001. Por outro lado, 62.67% dos docentes afirmam não ter utilizado o guia ministerial. Destes, 31.85% não o usaram porque não tiveram acesso ao *Guia* e 22.26% o consultaram após o período de escolha.

Sugeriu-se aos pesquisadores da equipe de Ciências que o *Guia* esteja na escola em maior quantidade de exemplares<sup>24</sup> e com maior antecedência, viabilizando sua utilização por todos os interessados, e que o *Guia* seja dividido em volumes de acordo com as áreas curriculares. Esta última sugestão, repassada à equipe do Ministério da Educação por meio de artigo entregue em agosto de 2002 (SANO, BIZZO e TOLENTINO-NETO, 2002), foi aceita e o *Guia* do PNLD 2004 foi publicado em volumes separados.

Professores sentiram falta de uma introdução mais objetiva e de instruções de como utilizar o *Guia*. Uma sugestão bem recorrente é a que propõe que o *Guia* traga informações de como utilizar os livros avaliados.

A classificação oficial em estrelas mostrou-se pouco relevante na hora da escolha. Os docentes, via de regra, apenas conhecem a classificação como referência ao livro, mas efetivamente não a usam como critério de escolha. Caso já tenham formado uma opinião própria sobre o livro, a categorização tem pouca influência no resultado final. O *Guia*, na maioria das vezes, acaba funcionando apenas para consulta *a posteriori*, muitas vezes, apenas para “desempatar”.

O professor, após ter escolhido o livro, apenas verifica no *Guia* se ele se encontra na categoria dos recomendados, ou seja, se pode efetivamente ser encomendado ao Ministério. Essa consulta posterior decorre tanto do atraso no recebimento do *Guia*, quanto da falta de direcionamento aos professores, pois no momento em que o *Guia* chega, o docente certamente já teve tempo de manusear vários títulos e de discutir com os colegas sobre o que seria mais adequado para a escola e seu projeto pedagógico.

---

<sup>24</sup> No PNLD 2000/2001, o FNDE distribuiu *Guias* na seguinte proporção: um exemplar para escolas com até 50 alunos, dois para escolas de 51 a 100 alunos, e três exemplares para aquelas com mais de 101 estudantes. Em 2003, 160 mil *Guias* foram distribuídos.

Na edição do *Guia* 2004 - novamente por sugestões vindas da pesquisa - não há mais a classificação por estrelas. Manteve-se sim, a classificação por categorias: Recomendados com Ressalvas, Recomendados e Recomendados com Distinção.

Um ponto de desestímulo aos professores decorre do fato que, em grande parte das escolas pesquisadas, os livros enviados pelo MEC não são aqueles escolhidos em primeira opção. Os professores afirmam que

*“não compensa investir muito tempo na escolha, já que a primeira opção não virá mesmo...”*.

Há ainda muita transferência de série entre professores do Ensino Fundamental 1. O professor, hoje lecionando na primeira série, pode estar na quarta série no ano que vem, e na segunda no ano seguinte. Uma frase dita por um desses professores resume a situação:

*“O livro que escolhi não sou eu que uso e o livro que uso não fui eu que escolhi...”*.

Essa constatação reforça a necessidade de que a escolha recaia sobre coleções e não mais sobre livros isolados, já que isto se configura em um fator a mais de desestímulo a uma escolha bem conduzida.

Em 2003 a escolha para o material a ser recebido em 2004 é feita por coleção. Desta maneira os professores de Ensino Fundamental 1 devem concentrar suas opções usando como critério principal o projeto pedagógico da escola. Todos os docentes deste nível de ensino devem, juntos, escolher coleções de livros para cada disciplina e não mais

títulos independentes. Isso diminui muito o problema da transferência de série entre os professores, já que desta forma, todo o Ensino Fundamental 1 estará utilizando a mesma coleção para cada disciplina.

Pôde-se detectar o que um professor considera ao escolher um livro de Ciências. A maioria de entrevistados respondeu que, o primeiro elemento que avaliam em um livro de Ciências, diz respeito à adequação das propostas desse livro às suas próprias dinâmicas em sala de aula. O professor busca um livro que se adapte ao seu estilo e à sua forma de atuar em sala de aula, e não um livro ao qual ele, professor, tenha que se adaptar e mudar a forma de atuação em classe. Obras com novas propostas são bem vindas desde que coincidam com as experiências e expectativas desse professor.

O bom relacionamento entre o livro e o professor é o principal critério para a seleção. Inovações são aceitas apenas se fizerem parte dessa interação, enriquecendo-a.

Entre os elementos do conteúdo de um livro levados em conta para a escolha, as ilustrações recebem destaque. Na opinião dos professores, as figuras são extremamente importantes para auxiliar no entendimento e na fixação de conceitos em Ciências. Livros com ilustrações bem acabadas, em escala, com títulos e legendas explicativos, coerentes e conectadas aos textos, são preferidos. Outro item de análise são os exercícios e atividades propostas. Em geral, os professores verificam, de início, se existem respostas aos exercícios no Manual do Professor. Livros com respostas mais completas e mais explicativas, que auxiliem os professores em suas atividades na sala de aula, são, na opinião deles, melhores.

Uma queixa constante em todos os relatos refere-se à falta de informações regionais, segmentadas. Assuntos como clima, estações do ano, exemplos de fauna e flora, são centrados na realidade da região sudeste do Brasil, onde se concentra a maioria das

editoras e dos autores. Aparentemente livros com uma abordagem mais ampla e com exemplos mais regionais teriam maior possibilidade de escolha.

Com todos os dados obtidos e a partir da experiência acumulada ao longo dessa pesquisa, algumas perspectivas de ação tornaram-se claras. Uma vez bem estabelecido o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), as ações agora devem se voltar ao produto dessa avaliação, o *Guia do Livro Didático*. Torná-lo mais acessível é uma necessidade, essencial ao bom funcionamento do processo. Esta acessibilidade deve incluir o recebimento dos *Guias* pelas escolas em tempo hábil para permitir um maior conforto na leitura e análise das resenhas (fato apontado por Batista - 2002a - como um dos grandes motivos da não utilização do *Guia*). Concomitantemente deve-se prestar mais informações aos professores e à comunidade escolar sobre a existência do *Guia* em sua escola e as possibilidades que com ele se abrem.<sup>25</sup>

O fato de não ter os livros em mãos para verificar, ele próprio, os méritos e defeitos desse livro, continuará a ser uma realidade. Entretanto, se o *Guia* for bem conhecido, se as resenhas se tornarem mais atraentes e se, de fato, o professor se sentir agente decisivo nesse processo, conhecendo e acreditando em cada uma de suas etapas, então haverá grandes chances de ocorrer uma inversão de atitude, tornado o *Guia do Livro Didático* ponto de partida para a escolha das obras.

---

<sup>25</sup> No 7º Encontro Técnico Nacional - Livro na Escola, ocorrido em agosto de 2003, o presidente do FNDE anunciou que “A democratização do processo de escolha dos livros didáticos para as escolas públicas, no próximo ano, será ampliada com a criação de Conselhos Escolares, congregando professores, pais e alunos”.



## QUANTO ÀS INTERFERÊNCIAS IMPOSTAS AO PROCESSO DE ESCOLHA

Nas grandes cidades - grandes mercados - as escolas, e até mesmo os professores individualmente, recebem amostras de livros vindas de editoras. Este fato não deixa de ser determinante na opção do professor, sobressaltado pelos incentivos dados pelas empresas (como brindes, prêmios e benefícios à escola).

A importância dada pelas editoras ao processo de escolha e a dedicação delas ao convencimento dos professores são justificadas pela dimensão econômica do filão de publicações didáticas. O governo federal compra aproximadamente metade de toda a produção editorial do país, grande parte livros didáticos.

Em 2001, 57% da produção editorial brasileira foi de livros didáticos. Em 2002 este número passou para 50.6%. Dentre os livros vendidos nestes anos, os didáticos representam, respectivamente, 19.5% e 16.5% (QUADROS IV E V).

QUADRO IV – Títulos editados e exemplares produzidos por subsetor editorial. Fonte: MEIO&MENSAGEM (2003)

	Títulos		Exemplares	
	2001	2002	2001	2001
Didáticos	9.850	12.800	188.500.000	171.600.000
Obras Gerais	12.500	10.750	82.000.000	111.200.000
Religiosos	6.300	4.950	38.200.000	33.900.000
Científicos, técnicos e profissionais	12.250	11.300	22.200.000	22.000.000
Total	40.900	39.800	331.100.000	338.700.000

QUADRO V – Mercado de livros no Brasil. Fonte: Câmara Brasileira do Livro (CBL) e do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), publicado em MEIO&MENSAGEM (2003).

	Faturamento (R\$ bilhões)		Exemplares vendidos (milhões)	
	2001	2002	2001	2002
Didáticos	0,749	0,775	58,5	53
Obras Gerais	0,460	0,463	66,2	54,5
Religiosos	0,173	0,183	35,7	29,7
Científicos, técnicos e profissionais	0,433	0,378	22,5	21,2
Total do mercado	1,81	1,79	182,9	158,4
Total Governo	0,452	0,382	116	162,2
Total geral	2,26	2,18	229,4	320,6

A compra dos livros pelo governo desencadeia uma série de interferências no mercado editorial. Se por um lado o MEC determina os critérios pelos quais os livros serão avaliados, por outro os editores exigem determinadas condições de produção (os aspectos técnicos dos editais de PNLD) e cobram situações favoráveis de edição, vendas e prazos.

São muitas as reclamações de professores em relação à qualidade física dos livros. São pesados demais, feitos em papel transparente, de difícil manuseio pelos alunos. Tais problemas coincidem com aqueles apontados por profissionais e estudiosos de editoração, como a gramatura do papel no miolo do livro, sua opacidade e tipo de impressão, garantindo à obra, melhor legibilidade.

Em Belém, onde se verificou um forte e saudável vínculo entre professores e projeto pedagógico, ouviu-se também um relato que dimensiona tanto a influência das editoras na escolha das obras, quanto à força do grupo de professores nessa campanha.

A professora entrevistada em uma das escolas paraenses soube que a lista de pedidos de livros didáticos já havia sido encaminhada ao MEC sem consulta aos

professores, e que os títulos listados pertenciam todos a uma mesma editora, a FTD (que havia distribuído brindes e também confeccionado uma faixa para um evento da escola, a *Seresta das Mães*).

Reunida com outros professores foi à diretora da escola cobrar seu direito de escolher, e foi prontamente atendida. O corpo docente se organizou e realizou a análise das obras enviadas por diversas editoras, sempre levando em conta o projeto político-pedagógico da escola e a realidade vivida por seus alunos. Ao final deste debate, ficaram determinadas as escolhas da escola, que coincidentemente não incluíam nenhum livro da referida editora.

Porém, quando um representante desta editora soube da decisão dos professores, pressionou a equipe pedagógica para que, pelo menos um título do catálogo da editora fosse selecionado, afinal a editora “ajudara” a escola dando a faixa para o evento. A diretora pediu que os professores reconsiderassem a decisão e, após uma nova reunião, decidiu-se escolher um único livro da FTD. A diretora apoiou a decisão do grupo de professores, valorizando-os:

*“Os professores que têm compromisso não se deixam influenciar”.*

Apesar da tentativa, os professores não foram corrompidos e exigiram o seu direito de escolher os livros que utilizariam.

Em Campos, situação parecida se observa. Editoras costumam enviar catálogos de livros para as escolas. Estes livretos, propositalmente, se confundem com o *Guia* do Ministério, direcionando a escolha para as obras da editora que o distribuiu.

Verificamos também, uma grande hierarquização no processo de escolha: professores mais experientes e com mais anos de escola têm mais credibilidade e assim, geralmente, decidem a escolha.

O professor iniciante normalmente passa a conhecer os livros disponíveis no mercado através dos seus colegas mais antigos. Muitas vezes, estes professores mais experientes impõem suas vontades, talvez pela pouca motivação em mudar seus hábitos. Em geral, eles são mais fiéis a autores e títulos, e menos flexíveis e receptivos a mudanças. Uma das diretoras entrevistadas em Campos declara que

*“O mais importante na escolha é a experiência do professor e o seu conhecimento sobre os livros didáticos”.*

As instâncias superiores às escolas também exercem interferência no processo de escola dos livros texto.

Em Palmas, uma diretora afirma que palestras, seminários e oficinas (a maioria ministradas por funcionários/autores vinculados à editoras) são promovidas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), e que estes eventos direcionam as escolhas. Na reunião imposta pela Secretaria no “*dia D*”, estão amostras de títulos enviados por algumas editoras, selecionadas pela Secretaria.

Na cidade de Petrolina, coordenadores pedagógicos participam de treinamentos oferecidos pelas Secretarias Municipal e Estadual de Educação, onde o projeto pedagógico e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) têm sido discutidos com os professores, assim como o *Guia de Livros Didáticos*, normalmente com a presença e participação de editores e autores.

Um fator observado na cidade de Campos, mostra grande influência governamental não somente na escolha pelos livros didáticos, mas em todo o funcionamento do sistema público de ensino da cidade.

O governo estadual do Rio de Janeiro aplica uma avaliação, realizada pela Fundação Cesgranrio, em todas as escolas públicas da cidade de Campos dos Goytacazes e de outros municípios fluminenses. A avaliação é assim descrita no *website* da Fundação:

*Este ano (2001), a FUNDAÇÃO CESGRANRIO foi convidada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro a participar do Programa Nova Escola, um programa pioneiro na área de Educação, que associa a remuneração do professorado e dos demais integrantes da equipe escolar ao rendimento da aprendizagem, visando resgatar a credibilidade da escola pública e a auto-estima do professor.*

*A FUNDAÇÃO CESGRANRIO vai fazer a avaliação externa da qualidade das escolas estaduais em três aspectos: gestão escolar, indicadores de eficiência (repetência, evasão, distorção idade-série) e desempenho escolar dos alunos. Nestes três aspectos avaliativos estão incluídos 17 critérios que posicionarão as escolas em cinco níveis de desempenho.*

*O programa se estenderá por três anos e as escolas receberão relatórios circunstanciados sobre seu desempenho para que possam aperfeiçoar seu trabalho.*

([www.cesgranrio.org.br/cesgr\\_novaescola.htm](http://www.cesgranrio.org.br/cesgr_novaescola.htm))

As equipes de Direção e Coordenação das escolas visitadas informam que a Fundação realiza a “*Avaliação Externa da Gestão Escolar*” em que as escolas do município são avaliadas e classificadas em um ranking. Dentro deste ranking existem cinco faixas de benefícios, que vão de equipamentos para a escola, à bonificação salarial aos professores e funcionários. Assim, existe uma competição entre as escolas em busca de uma melhor classificação, que interfere diretamente na contratação de professores (valoriza-se o profissional com melhor desempenho na avaliação Cesgranrio), na aceitação de matrículas (prefere-se alunos não repetentes, com bom histórico escolar ou com boas perspectivas) e na cobrança aos alunos.

Uma das diretoras compara a avaliação da Cesgranrio a um programa de busca do selo de qualidade ISO 9000, já que ambas avaliam todas as condições de trabalho do local, sugerem alterações buscando melhor qualidade e resultam em classificações criteriosas. A escola desta diretora está no topo do ranking desde a primeira edição da avaliação e assim, seus professores recebem aproximadamente R\$ 400,00 (quatrocentos reais) de bonificação mensalmente.

Os relatos dos entrevistados denunciam uma busca frenética por resultados. Busca esta que irá influenciar diretamente as condições de trabalho dos docentes e seus holerites. Reflete também no conceito que os professores submetidos a este tipo de avaliação têm sobre as razões, práticas e necessidades do ato de ensinar, um conceito finalista onde o que importa são os resultados de desempenho dos alunos. Não se discutem os critérios da avaliação ou os porquês de sua aplicação, não se reflete sobre os resultados anteriores e suas conseqüências na escola, não se busca melhoria através dos indicadores fornecidos por tais pesquisas. Procuram-se sim, melhores resultados, seja pela seleção de materiais didáticos, de professores ou alunos que compõem a escola.

#### QUANTO AO FUNCIONAMENTO DO PNLD

A pesquisa destaca alguns aspectos que prejudicam o bom funcionamento do Programa Nacional do Livro Didático, e sua imagem perante os professores.

Um ponto fundamental para a maior credibilidade do PNLD é sua transparência, os professores devem conhecer os passos do processo e os envolvidos em cada etapa.

São recorrentes as reclamações que se relacionam aos livros entregues pelo MEC. Os professores não entendem porque, por exemplo, muitas vezes recebem livros diferentes

das duas opções enviadas ao Ministério. Desconhecem o que é a reserva técnica, questionando a legitimidade da compra.

Os *Guias* trazem em suas parte inicial as “*Condições de Atendimento*”:

*“Professores, vocês devem escolher duas coleções para cada componente curricular - Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia -, observando para que as editoras sejam diferentes, devido à possibilidade de ocorrer algum problema por ocasião da compra com uma das editoras. Ao preencher o formulário, uma das coleções escolhidas para cada componente deve ser indicada como primeira opção e a outra como segunda opção”.*

(Guia de Livros Didáticos PNLD 2002 – 5ª a 8ª séries, 2001).

A possibilidade de haver problemas de negociação com alguma editora, não justifica plenamente a necessidade de uma segunda opção, uma vez que nos últimos anos, grandes grupos editoriais têm se formado, agregando em uma única empresa mais de uma editora.

Um professor que optar por um livro da editora Ática e por outro da Scipione como segunda opção, não estará solucionando o problema de negociação do governo federal com as editoras, uma vez que Ática e Scipione pertencem ao mesmo grupo (Vivendi Universal Publishing)<sup>26</sup>. Os professores que conhecem esta fusão, amplamente divulgada nos meios de comunicação, sentem-se enganados, arranhando a imagem do Programa.

Marcante também foi o que presenciou a equipe de pesquisa no Rio de Janeiro. O livro didático utilizado em 2001 pelos professores e alunos do Ensino Fundamental 1 de

---

<sup>26</sup> As editoras Ática e Scipione foram compradas em setembro de 1999 por US\$ 100 milhões pelos grupos Abril (Brasil) e Havas (França), por meio de sua subsidiária espanhola Anaya. Com a transação, a Abril voltou ao mercado de didáticos, que no ano de 1999 teve 35% de suas vendas do segmento nas mãos de Ática e Scipione.

uma escola de Campos, não é um dos livros indicados e analisados pelo MEC. É sim um livro integrado da Editora IBEP, que é adquirido anualmente por todos os alunos a um custo de R\$ 19,90 (aproximadamente U\$ 6,5 em junho de 2003).

A professora desta unidade escolar diz que gosta de trabalhar com este tipo de livro, que agrega - mas nem sempre integra - todas as disciplinas em um único volume. Esse livro serve como base para os alunos, que não apresentam dificuldades na compreensão de seu conteúdo. No entanto a professora considera este título especificamente, muito fraco e superficial, o que a obriga a complementar as aulas com atividades e textos de outros livros didáticos, enciclopédias, artigos de revistas e jornais.

Independente da utilização do livro integrado, os professores escolheram e receberam um livro vindo do MEC, o qual é utilizado pela professora para a preparação das aulas. O livro de Ciências escolhido para a 1<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental - série em que a professora entrevistada lecionava na época da escolha - foi “De Olho no Futuro” (Editora Quinteto/FTD), enviado correta e pontualmente pelo MEC.

Constatamos com tais declarações, que o Ministério vem gastando uma imensa quantia de dinheiro nos processos de avaliação, aquisição e distribuição de livros didáticos, que nem sempre é utilizada plenamente pelas escolas, e que nem sempre beneficia os estudantes. Esta unidade de ensino, por exemplo, escolhe e recebe os livros vindos do MEC para deixá-los em sua biblioteca como recurso de pesquisa (viu-se inclusive livros sendo recortados para compor trabalhos escolares), ou para os professores elaborarem suas aulas. Prefere, no entanto, cobrar de seus alunos a aquisição de um livro que não consta no *Guia* oficial, com a intenção de qualificar melhor seu corpo docente.

Vale destacar que na mesma cidade fluminense, a equipe visitou uma escola pública que não recebe os livros vindos do Ministério em número suficiente para atender



todos seus alunos, que são obrigados a utilizar livros de anos anteriores, de autores e editoras diferentes, uma vez que não há condições de comprá-los.

O Ministério deixa de ter contato com as escolas a partir do momento em que entrega as obras, desconhecendo portanto, como estes livros são utilizados e deixando escapar a chance de melhor distribuir seus recursos. O contato só será retomado no ano seguinte, com a nova encomenda.

## QUANTO À MANUTENÇÃO DO PNLD

Os resultados da pesquisa, quando observados e analisados como um conjunto de informações sobre o PNLD, ajudam a direcionar o andamento do programa, apontando algumas tendências essenciais à sua manutenção.

O QUADRO VI expõe a classificação geral dos livros de Ciências no processo de avaliação desde o PNLD 1997:

QUADRO VI - Avaliação dos Livros Didáticos de Ciências do Ensino Fundamental 1 (1ª a 4ª série). Fonte: SEF/MEC, adaptado de Bizzo (2002).

PNLD	Livros de Ciências avaliados (títulos)	Livros de Ciências recomendados (títulos)	Número de livros (milhões) distribuídos às escolas públicas (todas as áreas de ensino)
1997	81	10 (12.3%)	84,7
1998	89	19 (21.3%)	84,3
2000/2001	98	80 (81.6%)	109,6
2004	136	84 (61,7%)	116 *

\* previsão MEC

Uma das informações interessantes apontadas por Bizzo, é o aumento significativo de livros recomendados (seja com ressalvas ou não, com distinção ou não) entre a primeira e a terceira edição do Programa, com queda na última e mais recente avaliação. Esta flutuação pode ser compreendida se considerarmos dois fatores: os livros apresentados no PNLD 1998 eram basicamente os mesmos apresentados no PNLD 1997 com pequenas alterações e correções. No PNLD seguinte, o 2000/2001 houve cerca de 66% de renovação

de autores dos livros apresentados, o que certamente contribuiu na maior aprovação de obras nesta edição do programa.

No PNLD 2004, realizado em 2002, além do aumento de 40% no número de títulos inscritos, a porcentagem de títulos recomendados caiu significativamente. Em números absolutos no entanto, a quantidade de recomendados aumentou discretamente (passando de 80 obras em 2000/2001 para 84 em 2004) o que pode indicar uma acomodação no número de obras recomendadas, talvez alcançando um limite aceitável pelos critérios.

O que não se pode deixar acontecer é a padronização de obras como se tem observado nos últimos anos. As editoras tornaram-se eficazes na solução de problemas apontados pela avaliação ministerial, na reprodução de padrões aceitos pelo MEC e pelos professores, pasteurizando as obras, eliminando grande parte da diversidade que o professor tinha a seu alcance para escolha. Pelo que se vê, os processos de produção intelectual de livros didáticos mudaram. Saíram das mãos de professores para as de editores, ‘craques’ em remodelar livros segundo laudos do Ministério. Esquece-se a finalidade e o uso do livro didático em nome da produção industrial.

Ao considerar esse aspecto, devemos levar em conta que cada edição do Programa teve seus critérios de avaliação finamente modificados, acrescentando novos parâmetros e tornando cada vez mais apurado o processo de avaliação das obras inscritas. Mas a avaliação não pode tornar mera inspeção de critérios.

Os profissionais envolvidos devem estar preparados para formulação, para a aplicação e avaliação dos critérios. Não se pode deixar a cargo dos avaliadores finais dos livros (professores, especialistas e pesquisadores acadêmicos da área abordada pela coleção), por exemplo, a avaliação da legibilidade dos textos ou da ausência de estereótipos. Estas são funções específicas demais e de suma importância na avaliação de

uma obra, devendo portanto, serem discutidas antes da publicação dos editais e avaliadas por quem as compete.

É essa evolução nos critérios que torna os livros didáticos mais adequados. Quanto mais elaborados e discutidos forem os critérios, quanto mais claro eles se tornarem aos autores, editores e professores, quanto mais fielmente forem seguidos por analistas e pareceristas, melhores serão seus resultados. E melhores serão os livros recomendados pelo processo.

A se julgar pelo andamento dos processos de avaliação dos livros didáticos de Ciências até hoje, em breve haverá maturidade suficiente para que o *Guia* - nos moldes atuais - não precise mais existir. Chegaremos a um ponto em que, autores, pesquisadores e professores saberão, por si próprios, avaliar tais materiais e, no caso destes últimos personagens, escolher aqueles que melhor se encaixam em suas aulas. Diferentes leitores/usuários exigem diferentes livros didáticos, o que - até certo ponto - minimiza as diferenças entre uma obra classificada com uma, duas ou três estrelas pelo MEC.

Espinoza (2002), em uma avaliação externa ao PNLD, sustenta que,

*“(...) quanto mais afastado está um docente das concepções de ensino e aprendizagem sustentadas pelo Ministério, mais ele estará carente de acompanhamento em sua escolha, e menos possibilidades terá de interpretar o sentido destas recomendações”* (livre tradução).

O investimento, neste momento, deve se voltar à melhoria da formação inicial e da capacitação continuada dos professores, à criação, ampliação e manutenção das bibliotecas escolares, e aos incentivos profissionais.

## IMPLICAÇÕES NO ENSINO DE CIÊNCIAS

O livro didático tem grandes responsabilidades sociais, sendo muitas vezes o único livro à que crianças e jovens - e suas famílias - têm acesso. Alguns destes estudantes não irão conhecer outros livros, reconhecerão como “livros” apenas aqueles utilizados na escola. Este fato, por si só, justifica trabalhos envolvendo tais materiais didáticos, e esta pesquisa pretende colaborar nesse sentido.

Dado o prestigiado *status* dos livros didáticos no ensino das Ciências Naturais em sala de aula, e seu papel como formador e na atualização de conceitos dos professores, fazem-se necessários estudos para melhorar a qualidade deste material e assim auxiliar a prática docente.

Por aborda a decisão da escolha dos livros, a constatação, contextualização e comunhão de sugestões, dificuldades e carências para sua realização, este trabalho traz elementos importantes ao professor do ensino público, não só por divulgá-las, mas por propor mudanças e alternativas às suas práticas.

Autores e editores de livros didáticos, ao tomarem conhecimentos das nuances do processo de escolha de suas obras nas escolas públicas, das exigências dos avaliadores e pesquisadores, das reais necessidades dos professores e alunos, têm subsídios para tornar suas obras e ações, verdadeiramente, agentes da melhoria da qualidade do ensino brasileiro.

O trabalho serve preciosamente ao poder público, na medida em que expõe o Programa Nacional do Livro Didático em seus detalhes mais próximos a quem realmente se destina - alunos e professores - para a tomada de decisões e traçado de planos essencialmente voltados ao bem da educação de nosso país.

## BIBLIOGRAFIA

BATISTA, A.A.G. *Escolha de livros de 1ª a 4ª no PNLD/2001: o que dizem os professores?* CEALE/UFMG, 2002a.

BATISTA, A.A.G. (org.) *Escolha de livros didáticos de 1ª a 4ª série: padrões e processos no Programa Nacional do Livro Didático*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002b.

BIZZO, N. Reféns da Ignorância. *Ciência Hoje* 187 (32): 8-12, outubro 2002a.

BIZZO, N. Reflections upon a National Program Assessing Science Textbooks: What is the importance of content in Science Education? In: X Symposium of the International Organization for Science and Technology Education – IOSTE, *Proceedings* v. 2: 710-720, Brasil, 2002b.

BIZZO, N. *Critérios de Avaliação de Livros Didáticos PNLD 2004 Área: Ciências*. (cópia remetida aos avaliadores da área de Ciências no PNLD 2004) São Paulo, 2001.

BIZZO, N. Falhas no Ensino de Ciências. *Ciência Hoje* 159 (27): 26-31, abril 2000.

BIZZO, N. *Ciências: fácil ou difícil?* São Paulo, Editora Ática, 1998.

BIZZO, N. Graves Erros de Conceito em Livros Didáticos de Ciência. In: *Ciência Hoje* 121(21): 26-35, junho 1996.

BIZZO, N. A Crítica da Crítica: as deficiências não se limitam aos Livros Didáticos de Ciências. In: III ENCONTRO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE BIOLOGIA, *Coletânea*, São Paulo. São Paulo: FEUSP, p.335-339, 1988.

BIZZO, N. e KAWASAKI, C.S. Este Artigo Não Contém Colesterol: pelo fim das imposturas intelectuais no ensino de Ciências. In: *Projeto - Revista de Educação: Ciências: que tema eleger?* / Porto Alegre: Projeto, 1(1), 1999.

COSTA VAL, M.G. (coord.) *Os Professores e a Escolha de Livros Didáticos de Alfabetização e Língua Portuguesa*. CEALE/UFMG, 2002.

ESPINOZA, A.M. *El libro didáctico en la enseñanza del Área de Ciencias Naturales: sus alcances y dificultades*. Relatório entregue ao Ministério da Educação em 2002.

FRANCALANZA, H. *O que sabemos sobre os livros didáticos para o ensino de Ciências no Brasil*. 1993. Tese (Doutorado). FE/UNICAMP, Campinas.

FREITAG, B. MOTTA, V. COSTA, W. *O Livro Didático em Questão*. São Paulo, Ed. Cortez, 1989.

HÖFLING, E.M. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático. In: *Revista Educação e Sociedade*, ano XXI, n.70: 159-170, abril 2000.

KAWASAKI, C.S. *Nutrição Vegetal: campo de estudo para o ensino de Ciências*. 1998. Tese (Doutorado). FEUSP, São Paulo.

KAWASAKI, C.S. e BIZZO, N. Idéias de Nutrição Vegetal: o velho dilema entre o papel nutricional das raízes e da fotossíntese. In: *Projeto - Revista de Educação: Ciências: que tema eleger?* / Porto Alegre: Projeto, 1(1), 1999.

KNAIN, E. Ideologies in School Science Textbooks confront students: harmony and indifference. X Symposium of the International Organization for Science and Technology Education – IOSTE, *Proceedings* v. 2: 880-887, Brasil, 2002.

KNAIN, E. Ideologies in school science textbooks. *International Journal of Science Education* 3 (23): 319-319, 2001.

LÜDKE, M e ANDRE, M. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986.

MAFFIA, A.M.C. , CRUZ, R.S. , DIAS, L.S.M. e BRAÚNA, R.C.A. Livro Didático de Ciências: o real e o idealizado em sua seleção. In: VIII Encontro Perspectivas do Ensino de Biologia *Coletânea* [CD-Rom], São Paulo, 20 a 22 de fev.2002, São Paulo: FEUSP/EDUSP, 2002.

MEC, *Guia de Livros Didáticos 1ª a 4ª séries PNLD 2004*. MEC/SEF/FNDE, Brasília, 2002a.

MEC, *Políticas de Melhoria da Qualidade da Educação: Um Balanço Institucional*. MEC/SEF/FNDE, Brasília, 2002b.

MEC, *Recomendações para uma política pública de livros didáticos*. Brasília, 2000a.

MEC, *Guia de Livros Didáticos 1ª a 4ª séries PNLD 2000/2001*. MEC/SEF/FNDE, Brasília, 2000b.

MEC, *Programa Nacional do Livro Didático – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Folheto de divulgação distribuído na Feira Internacional do Livro. 2000c.

MEC, *Guia de Livros Didáticos 1ª a 4ª séries PNLD1998*. Brasília: MEC/SEF/FNDE, 1997.

MEC, *Guia de Livros Didáticos 1ª a 4ª séries PNLD1997*. Brasília: MEC/FAE, 1996.

MEIO&MENSAGEM, *Metáfora do crescimento*. Ano XXV, n.1061, 9 de junho de 2003.

MENDONÇA, F.B., SANO, P.T. e TOLENTINO-NETO, L.C.B. *O que as crianças pensam sobre as plantas? Um estudo de diversidade*. Painel apresentado no 53o Congresso Nacional de Botânica/ 25a Reunião Nordestina de Botânica, 2002.

MOHR, A. A Saúde Na Escola: Análise De Livros Didáticos De 1ª a 4ª Séries. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n.94, agosto 1995.



OECD-PISA, *Measuring Student Knowledge and Skills: A New Framework for Assessment*. OECD Publications, Paris, France, 1999.

PICCININI, C.L. e AYRES, A.C.B.M. Livro Didático, análise da sua escolha e utilização como instrumento do processo de ensino aprendizagem. In: VIII Encontro Perspectivas do Ensino de Biologia [CD-Rom], *Coletânea*, São Paulo. São Paulo: FEUSP/EDUSP, 2002.

PRETTO, N. L. *A ciência nos livros didáticos*. Campinas: Editora da UNICAMP; Bahia Universidade Federal da Bahia, 1985.

SANO, P.T., BIZZO, N. e TOLENTINO-NETO, L.C.B. *Os Professores e a Escolha de Livros Didáticos de 1ª a 4ª séries – Ciências*. Artigo entregue ao MEC, 2002.

SOUZA, S.C. e ALMEIDA, M.J.P.M. A Fotossíntese no Ensino Fundamental: compreendendo as interpretações dos alunos. In: *Revista Ciência & Educação*, 1(8): 97-111, Bauru, 2002.

TREVISSAN, R. , LATARRI, C. e CANALLE, J. Assessoria na avaliação do conteúdo de Astronomia dos livros de ciências do primeiro grau. *Caderno Catarinense de Ensino de Física*, 1(14): 7-16, 1997.

*Programa Nova Escola* (folheto de divulgação às escolas) GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, UNESCO e FUNDAÇÃO GESGRANRIO. Rio de Janeiro, 2001.

## SITES

**FUNDAÇÃO CESGRANRIO – PROGRAMA NOVA ESCOLA**, 2002, [http://www.cesgranrio.org.br/cesgr\\_novaescola.htm](http://www.cesgranrio.org.br/cesgr_novaescola.htm) (consultado em 19 de dezembro de 2002).

**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE**, 2002, <http://www.fnde.gov.br/programas/pnld/index.html> (consultado em 08 de agosto de 2003).

**GRUPO DE ENSINO DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA – ESCOLA DO FUTURO/USP**, 2002, <http://darwin.futuro.usp.br/PNLD/index.html> (consultado em 3 de janeiro de 2003).

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP**, 2002, <http://www.inep.gov.br/saeb/oquee.htm> (consultado em 17 de dezembro de 2002); <http://www.inep.gov.br/internacional/pisa/> (consultado em 12 de janeiro de 2003).

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC**, 2001-2003, [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

**PISA**, 2002 [http://pisaweb.acer.edu.au/oecd/oecd\\_pisa\\_data\\_s2.php](http://pisaweb.acer.edu.au/oecd/oecd_pisa_data_s2.php) (consultado em 20 de dezembro de 2002).

ANEXO 1: Roteiro para caracterização da infra-estrutura e recursos humanos da escola.

**INFRA-ESTRUTURA**

**LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA**

1. Bairro onde se localiza	<input type="checkbox"/> residencial <input type="checkbox"/> comercial <input type="checkbox"/> outros
2. Nível sócio-econômico do bairro	_____

**DADOS SOBRE A ESCOLA**

3. Idade da escola	_____
4. É uma escola	<input type="checkbox"/> municipal <input type="checkbox"/> estadual <input type="checkbox"/> federal
5. Ensino oferecido	<input type="checkbox"/> fundamental ( ) 1 <sup>a</sup> a 4 <sup>a</sup> séries <input type="checkbox"/> 5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries <input type="checkbox"/> médio

**CONDIÇÕES FÍSICAS DA ESCOLA**

6. Número de salas de aula	_____
7. Tamanho das salas de aula	_____
8. Instalações gerais	<input type="checkbox"/> pátio de descanso <input type="checkbox"/> quadra esportiva <input type="checkbox"/> laboratório de Ciências <input type="checkbox"/> laboratório de Informática <input type="checkbox"/> biblioteca <input type="checkbox"/> sala dos professores <input type="checkbox"/> salas administrativas <input type="checkbox"/> outros
9. Última reforma	_____
10. Manutenção da limpeza	<input type="checkbox"/> por período <input type="checkbox"/> diária <input type="checkbox"/> semanal

**RECURSOS DIDÁTICOS**

11. A escola possui	<input type="checkbox"/> projetor de slides <input type="checkbox"/> retroprojektor <input type="checkbox"/> TV's
---------------------	---

	<input type="checkbox"/> vídeos <input type="checkbox"/> parabólicas <input type="checkbox"/> computadores <input type="checkbox"/> acesso à internet <input type="checkbox"/> outros _____
12. Materiais didáticos	<input type="checkbox"/> livros paradidáticos <input type="checkbox"/> mapas <input type="checkbox"/> globos terrestres <input type="checkbox"/> slides <input type="checkbox"/> fitas de vídeo <input type="checkbox"/> material de consumo para laboratório <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> outros _____
13. A escola oferece atividades extraclasse?	<input type="checkbox"/> SIM                      Quais _____ <input type="checkbox"/> NÃO
14. Outros	_____

**RECURSOS HUMANOS**  
**CORPO DOCENTE**

15. Formação do corpo docente	<input type="checkbox"/> ensino fundamental <input type="checkbox"/> ensino médio <input type="checkbox"/> magistério <input type="checkbox"/> licenciatura curta <input type="checkbox"/> licenciatura plena <input type="checkbox"/> pedagogia <input type="checkbox"/> especialização <input type="checkbox"/> mestrado <input type="checkbox"/> outros _____
16. Tempo de atuação no magistério	_____
17. Tempo de vínculo com a escola	_____
18. Tipo de vínculo	_____

**COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

19. Coordenação Pedagógica	<input type="checkbox"/> presente <input type="checkbox"/> ausente
----------------------------	---

20. Formação	<input type="checkbox"/> ensino fundamental <input type="checkbox"/> ensino médio <input type="checkbox"/> magistério <input type="checkbox"/> licenciatura curta <input type="checkbox"/> licenciatura plena <input type="checkbox"/> pedagogia <input type="checkbox"/> especialização <input type="checkbox"/> mestrado <input type="checkbox"/> outros _____
21. Papel desenvolvido na escola	_____
22. Tempo na função	_____
23. Como chegou à função	_____

**SECRETARIA E PESSOAL DE APOIO**

24. Número de pessoas envolvidas	_____
----------------------------------	-------

**DIREÇÃO**

25. Formação	<input type="checkbox"/> ensino fundamental <input type="checkbox"/> ensino médio <input type="checkbox"/> magistério <input type="checkbox"/> licenciatura curta <input type="checkbox"/> licenciatura plena <input type="checkbox"/> pedagogia <input type="checkbox"/> especialização <input type="checkbox"/> mestrado <input type="checkbox"/> outros _____
26. Papel desenvolvido na escola	_____
27. Tempo na função	_____
28. Como chegou à função	_____

**CORPO DISCENTE**

29. Número de alunos por sala	_____
30. Padrão sócio-econômico	<input type="checkbox"/> baixo <input type="checkbox"/> médio <input type="checkbox"/> alto <input type="checkbox"/> observações _____
31. Contexto familiar	_____

ANEXO 2 - Roteiro para entrevista com o diretor ou coordenador pedagógico.

### PROJETO PEDAGÓGICO

1. A escola tem um projeto pedagógico? (pedir cópia)	( ) SIM ( ) NÃO
2. Quando foi elaborado?	
3. Quem elaborou?	
4. Qual a proposta/filosofia do projeto pedagógico?	
5. Você conhece os PCN?	( ) SIM ( ) NÃO
6. Você conhece a LDB?	( ) SIM ( ) NÃO

### GUIA DO LIVRO DIDÁTICO DO MEC

7. Você conhece o Guia de Livros didáticos do MEC?	( ) SIM ( ) NÃO
8. Existem exemplares do Guia na escola?	( ) SIM ( ) NÃO
9. Qual a disponibilidade dos Guias para o uso pelos professores?	
10. Em que momento os Guias são usados?	
11. Por quem?	( ) pelo diretor ( ) pelo coordenador pedagógico ( ) pelos professores ( ) outros
12. Como o Guia é utilizado?	( ) somente leitura pelos professores ( ) somente leitura pelo diretor / coordenador pedagógico  ( ) os professores se reúnem e discutem ( ) o diretor/coordenador pedagógico consulta o guia sozinho ( ) professor consulta o guia sozinho ( ) outros
13. Você tem conhecimento das resenhas?	( ) SIM ( ) NÃO
14. As resenhas permitem identificar as características de cada livro?	( ) SIM ( ) NÃO
15. O Guia é/foi consultado para a escolha do LD?	( ) SIM ( ) NÃO

## ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO

16. Instâncias superiores tais como, Secretaria da Educação ou Delegacia de Ensino, tiveram alguma influência na escolha do Livro didático?	( ) SIM ( ) NÃO
17. Essas oferecem subsídios como palestras, seminários, oficinas e PNLD em Ação, para um maior conhecimento de como proceder na escolha do LD utilizando o guia?	( ) SIM ( ) NÃO ( ) palestras ( ) seminários ( ) oficinas ( ) PNLD em Ação ( ) outros
18. Alguém foi ou é chamado para discutir com os professores sobre a escolha do LD?	( ) editoras ( ) Secretaria da Educação ( ) Delegacia de Ensino ( ) outros
19. Há algum direcionamento na escolha por parte de algum órgão?	( ) editoras ( ) Secretaria da Educação ( ) Delegacia de Ensino ( ) outros
20. Há participação da comunidade, do diretor ou do coordenador pedagógico na escolha do LD?	( ) SIM ( ) NÃO Quem?
21. As resenhas permitem identificar as características de cada livro ?	( ) SIM ( ) NÃO
22. Quais comentários o coordenador pedagógico ouviu sobre os livros didáticos que estão sendo utilizados pelos professores?	

## RELAÇÕES COM OS PAIS E A COMUNIDADE

23. A escola participou do Projeto Família na Escola?	( ) SIM ( ) NÃO
24. Como foi?	
25. Existe uma Associação de pais e mestres(APM)?	( ) SIM ( ) NÃO
26. Qual sua ação/ papel?E suas atribuições? Existem projetos?	
27. Há uma arrecadação-mês? Quanto?	( ) SIM ( ) NÃO R \$

### **AÇÃO E PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL**

28. A escola participa do projeto Amigos da Escola, ONG's etc?	( ) SIM ( ) NÃO Quais
29. Quais são as atribuições desses?	
30. Há projetos?	( ) SIM ( ) NÃO

### **AÇÃO E PAPEL DO PODER PÚBLICO (MUNICIPAL, ESTADUAL, FEDERAL).**

31. Quais são atribuições do poder público?	Municipal Estadual Federal
32. Qual a arrecadação por mês?	R\$
33. Há projetos?	( ) SIM ( ) NÃO

### **POSIÇÃO DO COORDENADOR/ DIRETOR COM RELAÇÃO AO PNLD**

34. Qual a posição do coordenador pedagógico/ diretor sobre as políticas públicas do Mec relativas ao livro didático? E da Secretaria da Educação do Estado, e da Secretaria de Educação do Município?	
--	--



ANEXO 3 – Roteiro para entrevista com professores.

1. Divide as aulas da semana em disciplinas?	( ) SIM ( ) NÃO
2. Quantas aulas/horas de Ciências tem por semana?	
3. No geral, o que os alunos acham das aulas de Ciências?	

<i>Livro de Ciências utilizado em:</i>	<i>Nome do Livro:</i>	<i>Autor:</i>	<i>Editora:</i>	
4. 2001				
5. 2000				
6. 1999				
7. 1998				
<i>Livro de Ciências escolhido em:</i>	<i>Nome do Livro:</i>	<i>Autor:</i>	<i>Editora:</i>	
8. 1999	1ª opção:			
	2ª opção:			

9. Que critérios você utiliza para escolher o livro didático?	
10. Como se deu o processo de escolha do livro didático para 2000?	
11. No momento da escolha os livros didáticos estavam disponíveis? Onde?	( ) SIM ( ) NÃO
12. Em que nível foi feita a escolha?	( ) municipal ( ) regional ( ) estadual ( ) secretaria/delegacia ( ) direção ( ) professores ( ) só o professor ( ) outros

13. Você tem acesso ao Guia de livros didáticos?	( ) SIM ( ) NÃO
14. Você o utilizou nas escolhas? Como?	( ) SIM ( ) NÃO
15. Que critérios você utiliza para escolher o livro didático de posse do guia?	

16. Para você, o número de estrelas faz diferença?	( ) SIM	( ) NÃO	
17. Você leu as resenhas do livro?	( ) SIM	( ) NÃO	
18. As resenhas foram fundamentais para a escolha?	( ) SIM	( ) NÃO	
19. A caracterização do livro corresponde a descrição da resenha?	( ) SIM	( ) NÃO	
20. Conheceu as ressalvas que as resenhas apontam?	( ) SIM	( ) NÃO	
21. As ressalvas influenciaram sua escolha?	( ) SIM	( ) NÃO	
22. Sentiu falta de algum tipo de informação no Guia?	( ) SIM	( ) NÃO	
23. Quais as dificuldades que você teve na utilização do Guia?			

24. Houve mudança nos títulos escolhidos?	( ) SIM	( ) NÃO	
25. Que necessidades motivaram esta mudança ou não do livro?			
26. A opinião dos alunos influenciou sua escolha?	( ) SIM	( ) NÃO	
27. Mais alguém influenciou a mudança ou não dos livros?	( ) SIM	( ) NÃO	
28. Se houve mudança, ficou satisfeito com o novo título?	( ) SIM	( ) NÃO	
29. Que considerações faz sobre o título escolhido?			
30. Você já utilizou algum outro livro do mesmo autor?	( ) SIM	( ) NÃO	
31. Alguma editora enviou livros para você analisar?	( ) SIM	( ) NÃO	

32. O que seria um bom livro didático de Ciências para você?			
33. Você detecta erros/falhas nos livros didáticos de Ciências?	( ) SIM	( ) NÃO	
34. Se sim, tenta corrigi-los?	( ) SIM	( ) NÃO	
35. Que porção do currículo de Ciências gosta mais de abordar, se sente mais a vontade?			
36. Qual porção do currículo de Ciências tem mais dificuldade? Por quê?			

37. Como aborda Botânica em suas aulas?	
38. Como contorna essas dificuldades?	
39. Que avaliação faz dos livros didáticos de Ciências em geral?	
40. Que avaliação faz do livro que utiliza?	

41. Como utiliza o livro de Ciências em sala de aula?	
42. Como faz uso dos textos?	<input type="checkbox"/> leitura <input type="checkbox"/> ditado <input type="checkbox"/> é referência para o professor <input type="checkbox"/> é referência para o aluno <input type="checkbox"/>
43. Como faz uso das figuras?	<input type="checkbox"/> copia na lousa <input type="checkbox"/> pedem que os alunos as copiem <input type="checkbox"/> ignora <input type="checkbox"/>
44. Como utiliza os exercícios do livro?	<input type="checkbox"/> resolve com os alunos em sala <input type="checkbox"/> pede que façam em casa <input type="checkbox"/> corrige <input type="checkbox"/> cobra soluções <input type="checkbox"/>
45. Como utiliza os experimentos sugeridos no livro?	<input type="checkbox"/> executa <input type="checkbox"/> ignora <input type="checkbox"/> usa como demonstração <input type="checkbox"/> pede que os alunos façam em casa <input type="checkbox"/>
46. Utiliza outros livros além do didático?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
47. Que outros tipos de materiais utiliza em sala de aula?	

48. Costuma fazer algum tipo de adequação do livro didático à série em que leciona?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
49. Que tipo de adequação?	
50. Em que momentos/conteúdos?	

51. Como utiliza o manual do professor?	
52. Utiliza o manual do professor com frequência?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

53. Lê o manual do professor?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	
54. Faz uso dos exercícios e suas correções?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	
55. Utiliza as sugestões de planejamento?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	
56. Utiliza as sugestões de avaliação propostas no livro?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	
57. O que acha das sugestões de avaliação propostas?			
58. Aproveita as bibliografias indicadas no manual?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	
59. Percebeu mudanças nos manuais do professor nas últimas edições/últimos anos?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	

60. Os livros didáticos são dos alunos?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	
61. Os alunos devem devolver os livros no fim do ano?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	
62. Os alunos levam os livros para casa?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	
63. Todos os alunos de uma sala utilizam o mesmo livro didático?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	
64. O que os alunos acham do livro?			
65. Os alunos fazem as lições propostas?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	
66. Eles apresentam dificuldades?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	
67. Que tipo de dificuldades?			
68. Em que área do livro eles apresentam dificuldades?			
69. Como os alunos utilizam o livro de Ciências em sala de aula?			
70. Os alunos conservam bem seus livros?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	

71. Qual o seu grau de instrução?	<input type="checkbox"/> fundamental <input type="checkbox"/> médio <input type="checkbox"/> magistério/normal <input type="checkbox"/> especialização, <input type="checkbox"/> graduação, <input type="checkbox"/> pós-graduação		
72. Possui cursos de atualização, reciclagem, formação continuada ou outros?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	

73. Há quanto tempo atua nesta série			
74. Qual o tempo de atuação no magistério?			
75. Qual o tempo de vínculo com a escola?			
76. Você leciona em outra escola?		( ) SIM	( ) NÃO
77. Em que período?		78. Em que turma?	

79. Costuma fazer leituras? De que tipo?		( ) SIM	( ) NÃO
80. Qual foi o último livro que você leu?			
81. Qual foi o último livro que você comprou?			
82. Quais são as suas formas de lazer preferidas?			
83. Você costuma ir ao cinema?		( ) SIM	( ) NÃO
84. Quanto tempo por semana você vê televisão?			
85. Quais programas você costuma assistir?			